
APRESENTAÇÃO

Campeão de desigualdade, o Brasil real foi novamente desnudado para o mundo com a chegada da marcha dos sem-terra a Brasília, dia 17 deste mês. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) mostrou que o país vai mal não só na questão da Reforma Agrária, como também na falta de políticas geradoras de emprego e de resgate das crônicas dívidas sociais das áreas de habitação, transporte, saneamento básico, saúde e educação. Homens e mulheres tiveram de se pôr na estrada e, literalmente, tomar Brasília para tocar fundo nas feridas das injustiças sociais espalhadas por todo o Brasil. As colunas que marcharam rumo ao Planalto Central mostraram claramente que sem reforma agrária, distribuição de renda, saúde e educação o Brasil será eternamente o país do futuro. Simplesmente do futuro. Nunca das gerações atuais. Com o propósito de contribuir para o debate destas questões importantes, esta edição da *Revista Adusp* convidou vários articulistas para analisar o ensino superior no Brasil e os rumos da economia brasileira. O ex-reitor da USP e atual da Universidade Mogi das Cruzes, Roberto Leal Lobo e Silva Filho, conta suas experiências ao administrar instituições tão distintas –uma delas pública e outra privada. Luiz Antônio Cunha, professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, analisa o ensino de 3º Grau na América Latina e Afrânio Mendes Catani, Romualdo Portela de Oliveira e Tamara Montovani de Oliveira, todos da Faculdade de Educação da USP, mostram que as universidades estaduais paulistas não cumprem dispositivo da Constituição Estadual de ampliar o número de vagas no período noturno. Para mostrar o Brasil real, também retratado nos artigos dos professores Nildo Domingos Ourique, da Universidade Federal de Santa Catarina, e Maria Elisa Marcondes Helene, pesquisadora da Estação Ciência da USP, publicamos um ensaio fotográfico de J. Ripper sobre o trabalho escravo em diversas regiões brasileiras. Pelo conteúdo editorial e a gravidade das situações registradas pelo fotógrafo Ripper, esta edição torna clara a divergência entre o discurso oficial do governo e a realidade brasileira.

•••

*Esta edição é uma homenagem à professora e sindicalista
Ligia Marcondes Machado, falecida no início deste ano.*

DIRETORIA

Marco A. Brinati, Osvaldo Coggiola, Jair Borin, Heloísa D. Borsari,
Valéria De Marco, Primavera Borelli, José Nivaldo Garcia,
Antonio César Fagundes, José Marcelino Rezende Pinto, Ozírde Manzolli Neto.

Comissão Editorial

Adilson O. Citelli, Bernardo Kucinski, Fernando Leite Perrone,
Francisco Gorgônio da Nóbrega, Jair Borin, Khaled Goubar, Nelson Achcar,
Nilza Nunes da Silva, Norberto Luiz Guarinello e Zilda M. Gricoli Iokoi

Editor: Marcos Luiz Cripa vd
Editoração eletrônica: Luís Ricardo Câmara
Revisão: Isabel Cristina Lelis Ferreira
Secretaria: Alexandra Moretti Carillo e Rogério Yamamoto
Distribuição: Marcelo Chaves e Walter dos Anjos
Projeto Gráfico e capa: Dmag - Artes Gráficas
Ilustrações: Carlos Sanchez
Fotolitos: Bureau Bandeirante
Gráfica: Poolprint
Tiragem: 6.000 exemplares

Adusp - S. Sind.

Av. Prof. Luciano Gualberto, trav. J, 374
CEP 05508-900 - Cidade Universitária - São Paulo -SP
E-mail: aduspsp@org.usp.br
Telefones: (011) 813-5573/818-4465/818-4466
Fax: (011) 814-1715

A **Revista Adusp** é uma publicação trimestral da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo - S. Sind., destinada aos associados. Os artigos assinados não refletem, necessariamente, o pensamento da diretoria da entidade e são de responsabilidade dos autores. Contribuições serão aceitas desde que os textos inéditos, sejam entregues em disquete, e tenham, no mínimo, dez mil e, no máximo, vinte mil caracteres. Os artigos serão avaliados pela Comissão Editorial que decidirá sobre seu aproveitamento.

ÍNDICE

6

**MINHA EXPERIÊNCIA COMO REITOR DA USP
E DA UNIVERSIDADE MOGI DAS CRUZES**

Roberto Leal Lobo e Silva Filho

15

**BRASIL E MÉXICO
A DUPLA FACE DA MOEDA FORTE**

Nildo Domingos Ouriques

22

**UNIVERSIDADE E SOCIEDADE:
UMA NOVA DEPENDÊNCIA?**

Luiz Antônio Cunha

26

**ENSAIO
HOMENS DE FIBRA
SONHO DE LIBERDADE**

J. Ripper/Imagens da Terra

32

ENTREVISTA

Rosalind P. Petchesky

40

CURSOS NOTURNOS

*Afrânio Mendes Catani, Romualdo Portela
de Oliveira e Tamara F. Mantovani de Oliveira*

46

**OS ELETRÔNICOS E O FUTURO
OBSCURO DA UNIVERSIDADE**

Eli M. Noam

52

CRIATIVIDADE NA SOCIEDADE DE CONSUMO

Maria Elisa Marcondes Helene

58

**LIGIA MARCONDES MACHADO
JOSÉ MOURA GONÇALVES**

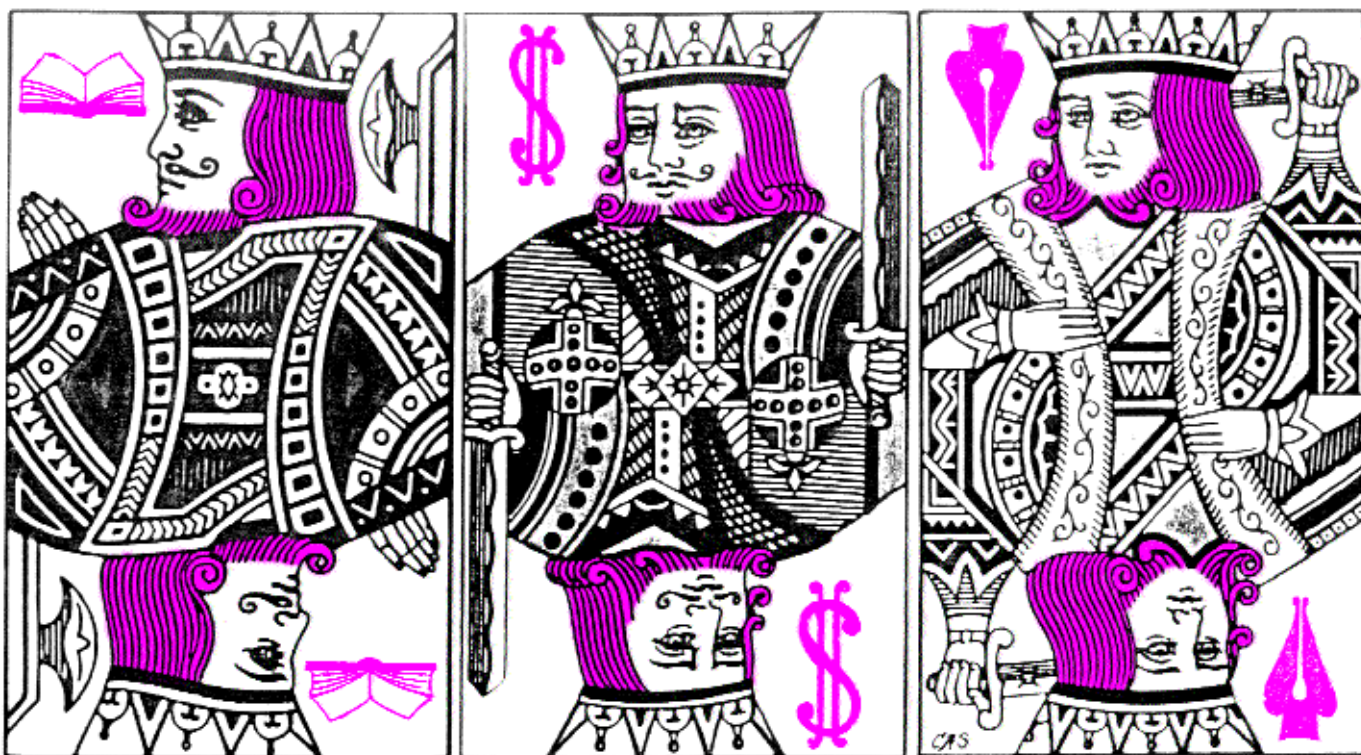
Zilda Iokoi e Francisco Nóbrega

61

CARTAS

MINHA EXPERIÊNCIA COMO REITOR DA USP E DA UNIVERSIDADE MOGI DAS CRUZES

Roberto Leal Lobo e Silva Filho



Ex-reitor da USP e atual da Universidade Mogi das Cruzes (UMC), Roberto Leal Lobo e Silva Filho traça um paralelo entre a gestão dessas universidades. Segundo ele, a estrutura atual da USP é profundamente inadequada à introdução de mudanças realmente profundas e cada vez mais necessárias para que ela possa acompanhar as novas tendências mundiais. “As idéias expostas numa eleição para reitor (da USP) e aprovadas pela comunidade acabam esbarrando em estruturas consolidadas e estratificadas, amparadas em complexos e abundantes mecanismos decisórios nos quais quem decide não tem rosto nem é responsável pelos gastos nem pelo sucesso das decisões tomadas”, diz ele. Em relação à UMC, Roberto Lobo afirma que, a agilidade na implantação das decisões é o ponto positivo. “A pequena qualificação acadêmica e a inexperiência de inserção e cooperação nacionais e internacionais são fatores negativos que terão de ser suplantados a curto prazo”, afirma ele.

Em 1961, concluí o curso de Engenharia Elétrica, Opção Eletrônica, na PUC do Rio de Janeiro, minha terra natal. Já desde o terceiro ano de faculdade era bolsista do CNPq na área de física e, posteriormente, em computação. Passei a integrar o Departamento de Física da Escola de Engenharia de São Carlos/USP a convite do professor Sérgio Mascarenhas, então chefe do Departamento. De lá saí para a Universidade de Purdue nos EUA para aprofundar meus conhecimentos em física dos materiais, onde obtive o Doutorado em maio de 1967. Depois de um ano trabalhando na Universidade de Northwestern e no Argonne National Laboratory, voltei a São Carlos para coordenar o grupo de Física Teórica e iniciar a orientação de estudantes interessados nesta área. Em 1979, afastei-me da direção do então Instituto de Física e Química de São Carlos, para assumir, a pedido do Presidente do CNPq, professor Maurício Matos Peixoto, a direção do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, pertencente ao Conselho. Foi minha primeira experiência efetiva de gestão de C&T e de administração de entidade de ensino e pesquisa. O que me parecia temporário e circunstancial acabou transformando-se numa nova atividade profissional que me acompanha desde então. Sempre encarei a atividade de ad-

ministração neste tipo de instituição como um problema a ser analisado com uma metodologia semelhante à utilizada na pesquisa científica: identificar o problema a partir dos dados, montar o quadro de variáveis e correlações importantes, eliminar variáveis não-essenciais e procurar encontrar a solução correta. É claro que na administração é necessário abandonar a visão de que existe uma solução única, para analisar num leque de possibilidades, optando-se pela de maior probabilidade de sucesso.

Fora da reitoria, refleti sobre a conveniência de minha permanência na USP e decidi aposentar-me para ter a liberdade de permanecer atuando na área que mais me interessava naquele momento, as políticas de ensino superior e a gestão das instituições.

No CBPF, iniciamos a discussão sobre a necessidade de um laboratório nacional na área de materiais, capaz de atrair talentos tecnológicos e experimentais para trabalhar num projeto internacionalmente competitivo com alta tecnologia agregada. Surgiu então o Projeto Síncrotron, hoje Laboratório Nacional de Luz Síncrotron. Em 1984, assumi, pela segunda vez, a diretoria do Instituto de Física e Química de São Carlos, por indicação unânime, exceto pelo meu voto.

Em 1986, com o falecimento do professor André Cruz, poucos meses depois da posse, assumi o lugar na vice-reitoria daquele que havia sido meu candidato e amigo. Na eleição seguinte, fui candidato vencedor para assumir a reitoria, para a qual fui imediatamente indicado pelo então governador, apesar das pressões de membros do partido do governador para que ele escolhesse outro integrante da lista, indicado em terceiro escrutínio. Trabalhei intensamente como reitor, cargo que abandonei ao me demitir por discordar radicalmente da forma pela qual estava sendo trabalhada, interna e externamente, a sucessão da Universidade.

Fora da reitoria, refleti sobre a conveniência de minha permanência na USP e decidi aposentar-me para ter a liberdade de permanecer atuando na área que mais me interessava naquele momento, as políticas de ensino superior e a gestão das instituições. Intensifiquei minha participação no Programa Columbus e logo depois fui convidado a integrar o Comitê Científico do Programa ALFA, da Comunidade Européia, onde fui eleito vice-presidente.

Enquanto trabalhava como consultor da FINEP, onde desenvolvi linha de financiamento voltada à gestão da educação, fui convidado a compor um grupo de consultores para propor um Projeto Acadêmico para a Universidade de Mogi das Cruzes, de forma a torná-la, na visão do presidente de sua Mante-

nedora, a melhor universidade particular do Brasil no final deste século. Este trabalho, que desenvolvi com muito empenho e trazendo muitas experiências do Brasil e do exterior, acabou resultando num convite para assumir a reitoria daquela universidade, que se encontrava vaga, com o entendimento de que seria implantado um projeto ambicioso de qualidade e que a universidade gozaria de ampla autonomia para executá-lo. Por isso, assumi a reitoria da UMC, em 22 de junho de 1996.

Sistema de ensino superior brasileiro

Segundo dados do MEC, em 1994 o Brasil contava com 1.661.034 alunos matriculados no ensino de terceiro grau, sendo que 75,2% destes no setor particular, como um todo, incluindo-se aí as universidades confessionais e comunitárias e os estabelecimentos isolados. Das novas vagas oferecidas no mesmo ano, totalizando 574 153, 14,8% eram em instituições federais, 10,2%, em estaduais, 5,9%, em municipais e os restantes 69,1% em estabelecimentos particulares. O número total de matrículas no ensino superior correspondia a aproximadamente 11% do número de brasileiros na faixa etária de 18 a 24 anos, bastante pequeno tendo em vista os países desenvolvidos (EUA, 60%, e Europa Ocidental, cerca de 35%) e mesmo com países em desenvolvimento, como por exemplo a Argentina. Este indicador, tão reduzido no Brasil, se explica pelo pe-



queno número de estudantes que conseguem concluir os estudos secundários, de cerca de 600.000 por ano em 1994. Numericamente, portanto, o ensino superior atende plenamente à demanda, com 1,04 aluno formado no secundário por vaga disponível no ensino superior, embora fosse necessário, para uma análise mais profunda, comparar oferta e demanda por curso.

Tem-se verificado, no passado recente, fenômenos importantes no sistema de ensino superior brasileiro: um crescimento muito pequeno do número de matriculados no sistema nos últimos quinze anos, um aumento no número de estabelecimentos e, mais recentemente, uma tendência de crescimento no número de egressos do segundo grau, que tenderá a reverter o quadro da última década e meia.

O ensino particular é, portanto, o responsável pela grande maioria das vagas e matrículas no terceiro grau, o que torna este sistema, ao menos sob o ponto de vista numérico, de grande importância por



atender a três quartos da demanda pela formação superior em nosso País. A participação relativa do sistema particular é especialmente expressiva nas áreas de humanidades (77,8% das matrículas em Direito, por exemplo) e bem mais modesta em cursos que exigem forte infra-estrutura, como Medicina, em que participa com 36,8% das matrículas. A pós-graduação é bastante modesta quando comparada com o setor público, principalmente com as universidades estaduais de São Paulo, o mesmo podendo-se dizer da contribuição de sua pesquisa científica. Pela estrutura do sistema particular é clara sua vocação para a oferta de cursos profissionais, dados em sua maioria por professores horistas, muitos deles originários do mercado de trabalho externo às universidades e em cursos novos onde a flexibilidade curricular e a associação interdisciplinar são mais facilmente obtidas que nas universidades públicas, com a conseqüente diminuição da competição com as universidades mais tradicionais.

Assim, por um lado se constata a falta de financiamento ao setor particular de ensino no Brasil, com a conseqüente dificuldade de se implantarem nele a pós-graduação e a pesquisa sem tornar as mensalidades fora do alcance do mercado consumidor, e o pouco interesse por parte deste segmento de oferecer um ensino de real qualidade, com um foco muito mais comercial que educacional; por outro lado, se contrapõe, no entanto a necessidade de bem atender o cliente direto, que é o estudante, a flexibi-

Há sérios problemas no que diz respeito à eficiência e à eficácia da USP em relação ao aproveitamento dos recursos públicos nela investidos. A maioria deles é de caráter estrutural. Quem decide geralmente não paga a conta e ninguém é diretamente responsável por eventuais fracassos.

lidade em adaptar cursos e programas às necessidades do mercado e a agilidade administrativa própria do setor privado, tornando a proposta de buscar um novo modelo de universidade particular para o Brasil um desafio intelectual e social da maior importância. Foi o desafio que decidi aceitar.

A USP como instituição de ensino superior

Com mais de 50 mil alunos, entre estudantes de graduação e pós-graduação, além de uma quantidade apreciável de indivíduos participando de cursos de extensão universitária, a USP é, sem dúvida, a mais destacada instituição de ensino superior brasileiro. Ela é a mais importante formadora de doutorandos e dos programas de capacitação docente (PICD) do país. Foi ela que, desde 1934, institucionalizou a pesquisa na universidade brasileira, contratando famosos mestres estrangeiros para nuclearem em torno de si grupos ativos de pesquisa e implantou o regime de tempo integral, essencial para que estas mesmas atividades pudessem frutificar. Como maior centro brasileiro em produção científica, na graduação dispara em primeiro lugar em todos os rankings. Tem

uma infra-estrutura moderna para ensino e pesquisa e um corpo docente altamente qualificado.

Esta posição de destaque no Brasil, em tamanho e qualidade, deve-se, em primeiro lugar, ao apoio contínuo dos governos de São Paulo à sua primeira universidade. Apesar de a Universidade ter passado por períodos de crise em sua relação com o Estado, é inegável a confiança depositada pelos diferentes governos estaduais nessa instituição.

Há, no entanto, sérios problemas no que diz respeito à eficiência e à eficácia da USP em relação ao aproveitamento dos recursos públicos nela investidos. A maioria deles é de caráter estrutural. Se, por um lado, a infra-estrutura posta à disposição dos estudantes é das melhores, a organização dos cursos demonstra profunda falta de coordenação, os departamentos decidem de forma quase soberana sobre o ensino de disciplinas, com pouco poder para as coordenações de curso e quase nenhum acompanhamento dos estudantes ou das turmas. Para o bom aluno, a USP oferece uma imensa potencialidade de aperfeiçoamento, porém o processo educativo é disperso e pouco valorizado. A exagerada autonomia dos departamentos faz com que nas decisões eles sejam soberanos, geran-

do com isso um conflito de ações e a ausência de uma política institucional clara. O número excessivo de grandes colegiados deliberativos, que pouco compromisso têm com os resultados de suas deliberações, do ponto de vista da instituição, impedem a tomada rápida de decisões e inviabilizam a implantação de uma política institucional. Quem decide geralmente não paga a conta e ninguém é diretamente responsável por eventuais fracassos. As pressões, por estas razões, são de tal ordem, que nada se extingue, só se criam novos órgãos, fazendo com que o número de servidores e docentes cresça acima das reais necessidades da Universidade.

Esta análise, excessivamente sucinta para poder analisar em profundidade uma instituição com a complexidade da USP, pode ser assim resumida: a USP atingiu uma qualidade de corpo docente e de infra-estrutura privilegiadas no panorama brasileiro, tem importantes contribuições no ensino, na pós-graduação, na pesquisa e na extensão, seu custo é elevado porque a eficiência é baixa e há excesso de pessoal, sua capacidade de decisão institucional é pequena e os processos internos acadêmicos e administrativos deixam muito a desejar. É uma grande infra-estrutura disponível para quem souber aproveitar.

Minha experiência na gestão da USP

Assumi a reitoria da USP em janeiro de 1990, trazendo a experiência de três anos e meio como vice-reitor da gestão de Goldemberg. O momento era de dificuldade em função da grande inflação do final do governo Sarney, que exigia reajustes mensais de salários sem uma previsão clara da arrecadação dos meses subseqüentes, um aumento constante do pessoal e de uma carreira para funcionários que previa promoções desvinculadas do orçamento, que resultou num grande desequilíbrio entre os crescimentos das folhas de docentes e não-docentes. No início de 1990, o pagamento da folha salarial somente foi viabilizado mediante empréstimo bancário sujeito a altos juros, do qual só conseguimos nos livrar quase dois anos depois.

Esta crise precedeu outra, ocorrida no fim do ano seguinte, quando fomos forçados a atrasar salários devido à recessão do final do primeiro ano do governo Collor.

Atrasar salários é uma das piores experiências por que pode passar um dirigente. A insatisfação é geral, abala-se a capacidade de liderança e gera-se um profundo sentimento de impotência e frustração. Resolvi que esta situação não mais se repetiria enquanto fosse reitor. Decidi tomar medidas concretas para garantir a viabilidade financeira da USP. Analisei nosso orçamento que estava comprometido em mais de 90% com a folha de pagamento, fora as surpresas mensais originárias das famo-

sas folhas avulsas que correspondem a gastos de pessoal não previstos e que atingia às vezes dez por cento da folha total. A primeira conclusão, óbvia, foi a de que reduções em investimentos, já tão reduzidos, jamais resolveriam o problema. Em custeio, era possível reduzir um pouco, mas nada representaria como solução. Revimos alguns contratos, racionalizamos al-

Este problema não é exclusivo da USP. De um modo geral, nossas universidades públicas se apresentam inchadas de pessoal porque nunca se extinguem serviços, embora novos sejam criados rotineiramente.

guns serviços, mas essa economia em termos do gasto global era irrelevante. O impasse era no pessoal. Se a USP necessitasse de todo aquele contingente de recursos humanos não haveria solução a não ser por um forte arrocho salarial em que os salários ficassem injustamente reduzidos e, em muitos casos, abaixo do mercado. A USP perderia os melhores quadros e o desempenho institucional sofreria grandemente. Se esta hipótese fosse correta, seria necessário explicar ao governo e à opinião pública que nosso orçamento era insuficiente.

Mas esta não era a realidade.

A verdade é que a USP dispunha de um quadro de funcionários e de professores muito acima de suas necessidades, se indicadores internacionais fossem levados em conta, mesmo de forma benevolente. Para agravar ainda mais o problema, a carga didática dos cursos era em geral excessiva, servindo como desculpa para a contratação de mais e mais professores. Este problema não é exclusivo da USP. De um modo geral, nossas universidades públicas se apresentam inchadas de pessoal porque nunca se extinguem serviços, embora novos sejam criados rotineiramente.

Resolvi, então, trabalhar com minha equipe num programa de racionalização, buscando indicadores para equacionar necessidades, promover um programa de estímulo a não recontrações em vagas existentes, eliminei o conceito de vaga ociosa (porque muitas das funções eram elas mesmas ociosas), restringi promoções às previsões orçamentárias. Redefinimos, posteriormente, nosso orçamento a partir de liberações mensais baseadas no ICMS, a nossa moeda real, de tal forma que os diretores e chefes em geral fossem capazes de saber com quanto contavam e quando. Estas medidas fizeram que de um déficit de uma folha de pagamento que encontrei, deixasse em caixa uma folha adicional quando saí da reitoria. Não havia, na verdade, base para dizer que a USP precisava mais, sem reduzir gastos desnecessários. Infelizmente, esta postura foi sempre mal entendida pelas entidades sindicais da USP, que nunca quise-

ram compreender que é preciso sanear para reivindicar e que não é justo exigir que o povo pague por nossa ineficiência. Quanto ao investimento, consegui com o então governador Fleury que o governo do Estado honrasse o compromisso de repassar a contrapartida relativa ao programa do BID, o que permitiu que mantivéssemos o ritmo dos investimentos e fôssemos elogiados ao final do Programa com exemplos de eficiência na gestão dos recursos daquele banco.

Na área acadêmica, atividade-fim da Universidade, creio que conseguimos vários sucessos ao lado de algumas propostas que não evoluíram como desejávamos. A área de extensão teve um crescimento importante, com a criação de vários programas de apoio à comunidade, entre elas o Fim de Semana na USP, que atraía cerca de cem mil pessoas por fim de semana em nosso campus. Algumas ações nas áreas de pesquisa, como o fortalecimento dos núcleos de pesquisa, o curso de Ciências Moleculares, a criação de alguns cursos principalmente noturnos e do Campus de Pirassununga, tanto quanto a exigência de seis horas semanais de atividade didática para os professores, a valorização da

docência principalmente no que diz respeito aos primeiros anos da graduação, a introdução de Prêmios como estímulo aos melhores professores, orientadores, pesquisadores e doutorandos foram medidas que, a meu ver, representaram avanços nestas áreas.

Dois eventos marcaram, para mim, de forma muito clara, a capacidade de mobilização e o poder de pressão da USP, baseados em seu grande prestígio: a contratação de professores estrangeiros, sem discriminações, hoje consolidada para todas as universidades públicas, e a luta pela reversão da decisão sobre a distribuição do ICMS entre as universidades paulistas.

Estes exemplos foram apresentados para melhor elucidar a questão mais importante, não tendo o objetivo de esgotar realizações e, muito menos, constituir-se em alguma forma de relatório ou avaliação de gestão. Estas ações, como é fácil observar para quem conhece bem a USP, foram possíveis por serem do âmbito de decisões da reitoria. Não me foi possível, entretanto, mudar e modernizar os processos internos que constituem, na verdade, o dia-a-dia da universidade. A graduação não mudou em sua essência. A falta de coordena-

ção entre cursos e departamentos, a prioridade a esta atividade não foi consolidada como era minha intenção desde minha proposta como candidato. A integração entre unidades para a execução de pesquisas e pós-graduação, a introdução de uma filosofia de gestão por resultados utilizando melhor os recursos do Estado, a participação maior da comunidade externa à USP em suas atividades, inclusive com a contratação de profissionais bem-sucedidos para colaborar em cursos e programas não foram incorporadas à cultura da universidade. A estrutura de decisões da USP, sua organização interna e descentralização excessiva não permitem a implantação de uma política efetivamente institucional de médio e longo prazos que não se modifique ao sabor das políticas internas de poder, claramente manifestas nas substituições periódicas dos quadros dirigentes. A estrutura atual da USP é profundamente inadequada à introdução de mudanças realmente profundas e cada vez mais necessárias para que ela possa acompanhar as novas tendências mundiais.

As idéias expostas numa eleição para reitor e aprovadas pela comunidade acabam esbarrando



em estruturas consolidadas e estratificadas, amparadas em complexos e abundantes mecanismos decisórios nos quais quem decide não tem rosto nem é responsável pelos gastos nem pelo sucesso das decisões tomadas.

Continuei, no entanto, mesmo depois de me afastar da reitoria, a acreditar na necessidade de um projeto de gestão institucional coerente e continuei acreditando na maioria das propostas que fiz na campanha para a reitoria e, posteriormente, como reitor da USP.

A UMC como instituição de ensino superior

A UMC é uma universidade particular, de caráter filantrópico, reconhecida em 1973 como universidade, tendo suas origens na década anterior com a implantação de alguns cursos universitários. Num período em que havia poucos estabelecimentos de ensino superior na região, e mesmo na grande São Paulo, a UMC cresceu rapidamente tornando-se uma das maiores universidades particulares do Brasil, com uma média de cerca de 16.000 alunos nos últimos anos. Ela se caracteriza pela presença de uma forte área de saúde que é responsável por aproximadamente metade dos cursos e atividades de graduação. Voltada ao ensino profissional, a UMC tem o corpo docente basicamente em regime horista, com alguns contratos para pesquisa, que não se integram num plano de carreira. Oferece cursos de especialização e extensão, mas não possui nenhum

em stricto sensu, por decisão interna de não oferecer programas nesta área, que não fossem reconhecidos em caráter nacional.

A Universidade tem uma maioria de cursos e estudantes em período noturno, atendendo populações de baixa renda, principalmente nas áreas tecnológicas e humanas. A infra-estrutura está em acentuado crescimento com a introdução de redes de informática e a construção de novos laboratórios.

Mas, o que caracteriza a UMC, hoje, é o projeto institucional iniciado em 1992 e que vem se acelerando ao longo dos últimos cinco anos. Depois de atravessar uma fase de expansão, a UMC enfrentou dificuldades no final dos anos 80 e início dos 90. Suas estruturas internas não haviam se adaptado ao novo porte institucional, e a competição tornou-se muito mais

acirrada devido à criação de muitos cursos concorrentes em São Paulo, que atendiam às demandas dos alunos da Grande São Paulo, até hoje importante fonte de alunos para a UMC.

Decididos a mudar o perfil institucional e a competir pela qualidade, a Mantenedora e a Chancelaria da Universidade resolveram correr o risco de promover alterações de fundo. Assim, criaram uma Assessoria de Planejamento para iniciar o processo de mudança. Esse processo iniciou-se com um profundo diagnóstico da realidade da UMC, seus processos, os perfis dos diferentes cargos e a adequação de seus ocupantes às atribuições das funções, a visão dos responsáveis de cada setor pelas sistemáticas adotadas, tanto do ponto de vista de fornecedor como de cliente de outros serviços e processos. Se-



guiu-se uma longa análise que apontou as deficiências, dificuldades e qualidades da instituição. Paralelamente, iniciou-se o processo de preparação de um plano estratégico por meio da introdução da linguagem do planejamento aos diferentes segmentos da Universidade. Em 1995, a UMC efetuou uma profunda modificação estrutural, criando uma vice-reitoria, que passou a ser ocupada pela pessoa responsável pela Assessoria do Planejamento e, portanto, coordenadora do processo de mudança, para que este atingisse um estágio ainda mais institucional. Como consequência, houve uma profunda revisão da área administrativa da Universidade, com a substituição de antigos funcionários por profissionais recrutados através de consultorias externas, baseados nos perfis necessários ao preenchimento das diretorias recém-criadas.

Nesta mesma ocasião, a Mantenedora delegou total autonomia à Universidade incluindo-se aí a seleção de seu pessoal, docente e administrativo, e a execução orçamentária. Cria-se a Câmara de Gestão, órgão composto pelos responsáveis pela gestão administrativa e acadêmica, para opinar sobre os assuntos que envolvem mais de uma área, melhorando a comunicação interna e fortalecendo a coerência das decisões institucionais.

Reorganizada a administração, considerada como apoio indispensável para a realização das mudanças na área acadêmica, a UMC volta-se para esta. Concebeu o Projeto Acadêmico, já mencionado anteriormente, que apontou alguns

rumos para um salto de qualidade nesta área. Este projeto, ao lado de outros gerados anterior e posteriormente a ele, foram consolidados no Planejamento Estratégico Institucional, aprovado no final de 1996. As mudanças estruturais oriundas das decisões tomadas em 1995 e a introdução da nova visão para as estratégias acadêmicas exigiram, novamente, revisões de cargos e perfis, induzindo a profundas mudanças de organização e de pessoal. Todos os cargos de diretorias e pró-reitorias, tanto na área administrativa como acadêmica têm hoje novos titulares. Estas mudanças só foram possíveis graças à autonomia e à agilidade administrativa características do setor privado.

A UMC conta, hoje, com um dos melhores quadros dirigentes do Brasil. É claro que não é o suficiente para transformá-la imediatamente numa universidade capaz de competir pela qualidade com as melhores do país. O processo educacional é sabidamente lento, deve permear as salas de aula e repercutir na qualidade dos egressos, que levam quatro ou mais anos para se formar. O importante, no entanto, é que o processo de melhoria, da busca de um novo modelo de universidade, está em marcha internamente. O sentimento de que é possível mudar, de que é possível sonhar sem que os sonhos esbarrem em obstáculos burocráticos ou corporativistas é o que mobiliza e motiva um grupo de pessoas de experiências as mais diversas e que agora se reúnem na UMC, acreditando que seus ideais como educadores podem ser realizados, desde que se

tenha muita capacidade de trabalho e a paciência de reconhecer que nada em educação acontece do dia para a noite.

Minha experiência como reitor da UMC

Relatar minha experiência como reitor da UMC é descrever um breve período que se iniciou formalmente no final de junho de 1996, uma jornada de apenas alguns meses, muito curta, portanto, para permitir uma análise consolidada dos diferentes aspectos que envolvem os desafios de uma reitoria. Antes de completar um ano acadêmico, há processos internos pelos quais não passei uma vez sequer.

Como mencionado anteriormente, fui convidado a assumir a reitoria da UMC no final de uma consultoria que tinha por objetivo preparar um projeto acadêmico para a Universidade. Este projeto, concluído em maio de 1996, serviu como uma das bases para a elaboração do Planejamento Estratégico Institucional da UMC, aprovado pela Chancelaria e pelo Conselho Universitário no final daquele ano. Foi um trabalho intenso porque buscava-se, na sua elaboração, dar respostas a uma série de problemas crônicos nas instituições particulares. Este documento foi publicado e sugiro que seja consultado pelos interessados em compreender a nossa visão dos problemas acadêmicos essenciais. A partir do documento estratégico, a UMC desenvolve agora os planejamentos táticos e operacio-

nais que irão indicar as metas concretas a serem atingidas pelos diferentes setores da Universidade, cuja conclusão está prevista para o final de junho. A partir daí, será introduzida a sistemática da avaliação institucional, que irá monitorar nos próximos anos o cumprimento das metas e servirá de subsídio para a etapa seguinte do planejamento.

Este planejamento prioriza o ensino de graduação, mas prevê um forte crescimento da extensão — tais ações já começam a aparecer, por exemplo, com projetos inéditos para a Universidade junto às Secretarias de Estado da Educação e do

Trabalho — e a implantação de núcleos de pesquisa, de caráter multidisciplinar, associados a bolsas de iniciação científica e monitorias para os estudantes.

Ao lado deste trabalho, o segundo semestre do ano passado foi gasto com a análise dos principais problemas da instituição e com a busca de pessoal qualificado para montar a nova equipe de gestão acadêmica da Universidade. No início de 1997, tínhamos uma nova equipe montada, que inclui o pró-reitor Acadêmico, novos Diretores de Graduação, Pesquisa e Pós-Graduação e Extensão e Serviços Comunitários, além dos Diretores dos Centros de Ciência

e Tecnologia, Ciência Humanas e Biomédicas. Houve também a substituição de doze dos 22 coordenadores de curso. Esta mudança tão profunda vai exigir um tempo de acomodação e de maturação para poder mostrar resultados. Ela só foi possível graças ao sistema de escolha da UMC, onde os cargos administrativos superiores são considerados *pro tempore*, isto é, não têm mandatos fixos, e à autonomia que foi dada à Universida-

mas para o ensino superior brasileiro, tem trazido para a equipe da UMC, tanto para os recém-chegados como para os antigos funcionários docentes e não-docentes.

A agilidade na implantação das decisões é, para mim, a maior diferença positiva que noto em relação às minhas funções na reitoria da UMC. A pequena qualificação acadêmica e a inexperiência de inserção e cooperação nacionais e internacionais são fatores negativos

que terão de ser suplantados a curto prazo.


Quando deixei a reitoria da USP, imaginava haver cumprido meu mais importante papel em relação

A agilidade na implantação das decisões é, para mim, a maior diferença positiva que noto em relação às minhas funções na reitoria da UMC. A pequena qualificação acadêmica e a inexperiência de inserção e cooperação nacionais e internacionais são fatores negativos que terão de ser suplantados a curto prazo.

de por parte da Mantenedora, que em nenhum caso de substituição questionou a proposta da Universidade nem os nomes propostos para ocupar os novos cargos.

Uma série de dificuldades, algumas ligadas à introdução das mudanças em prazo curto, que gera naturalmente intranquilidade no pessoal acadêmico e administrativo e outras de origem mais estrutural, como a pequena titulação acadêmica, o pouco tempo de permanência dos alunos na Universidade e a falta de uma cultura de pesquisa e extensão, não inibem, todavia, a motivação que a procura de um novo modelo de Universidade, que introduza novos paradig-

ao ensino superior brasileiro, dirigindo a maior universidade do país no período de implantação da autonomia. Ao tomar posse na UMC, assumi uma nova missão, tão importante quanto a anterior: a de ajudar a construir um novo modelo de universidade capaz de responder à realidade do setor particular, que atende à maioria dos universitários brasileiros, com qualidade e eficiência.

Demonstrar o teorema de que um modelo original de universidade, baseado em novos paradigmas, é possível (e indispensável), tem sido meu grande desafio profissional e intelectual desde junho de 1996. 

BRASIL E MÉXICO

A DUPLA FACE DA MOEDA FORTE

Nildo Domingos Ouriques



O fantasma da crise estabilizadora percorre o Brasil: diz-se que é mexicano, embora seja uma criação das classes dominantes internacionais. As autoridades brasileiras empenham-se em negar sua existência, desautorizando qualquer semelhança entre a política econômica aqui aplicada e a que levou nosso vizinho do norte à maior crise de sua história recente. Porém, ainda que as diferenças sejam sempre importantes, a

cada dia que passa “e se consolida o êxito do processo de estabilização brasileiro”, cresce a similitude entre o “modelo” aplicado nas terras de Emiliano Zapata e o que sofremos atualmente.

Esta semelhança não é gratuita, posto que ambos experimentos são derivações diretas da modalidade dependente de inserção da economia latino-americana no mercado mundial que caracteriza a todos os países do continente; porém, quando comparados, o Brasil e o México guardam grandes similitudes por-

que o grau relativo de desenvolvimento capitalista em ambos os casos é considerável e também porque o México levou mais longe o “programa de reformas orientadas ao mercado”, como gostam de afirmar os responsáveis por esta política.

Porém, para os que esqueceram da categoria “dependência” e julgam que nosso país não é mais “subdesenvolvido, mas apenas injusto”, como afirmou Fernando Henrique Cardoso, é importante observar com riqueza de detalhes o “ajuste estabilizador” ainda dominante no México e sua similitude com o aplicado no Brasil.

Ambos os países aceitaram a hipótese de que a inflação é o pior dos males que poderíamos contrair e o mais injusto dos impostos sobre os pobres que não possuem mecanismos de defesa diante de tão abominável praga. Como elemento estratégico no controle da inflação, lançaram mão da chamada “âncora cambial” que sempre se revelou eficaz no controle inflacionário a curto prazo. Para evitar a sobre-valorização, ambos recorreram ao sistema de bandas (limite superior e inferior dentro do qual ocorre a desvalorização da moeda nacional), ainda que o México só tenha utilizado este mecanismo quando a pressão para a desvalorização era muito forte e, então, no momento de sua implantação, a estabilidade veio abaixo no agora fatídico 20 de dezembro de 1994.

No entanto, as mesmas regras responsáveis pelo controle da inflação produziram outros fenômenos indesejáveis para o bom funcionamento da economia; as exportações, por exemplo, revelaram um baixo dinamismo nos dois países, o que levou, também a curto prazo, à criação de déficit comerciais importantes, que para as autoridades econômicas dos dois governos “não eram preocupantes porque as reservas eram significativamente altas.”

Taxas de juros e desemprego

As taxas de crescimento da economia foram também bastante modestas em ambos os países. Modestas em relação à sua média histórica, insuficientes para competir no mercado mundial com países que crescem até 16% ao ano (como a China e outros países asiáticos) e insignificantes diante da necessidade de oferecer postos de trabalho a milhões de jovens que

todos os anos deveriam se incorporar ao mercado. Como consequência, as taxas de desemprego subiram de maneira inédita nos dois países e, ainda que os condutores da política econômica afirmassem que se tratava de um fenômeno mundial, a verdade é que, visto em perspectiva nacional, o índice de 17% no Brasil de hoje e superior aos 24% no México pós 94, não deixa de ressaltar as raízes nacionais do problema.

Lá, como aqui, o sistema de dívidas explodiu. Como a fração financeira é que comanda o processo de “estabilização”, as taxas de juros são invariavelmente altas e revelam uma resistência muito grande a baixar. No mesmo sentido, nos Estados Unidos, a tendência a alta das taxas de juros é o fato mais relevante dos últimos dois anos, forçando o Banco Central a operar em patamares superiores aos praticados no cenário internacional. Atrair capitais é uma regra de ouro do modelito em análise e a formação de amplas reservas, condição *sine qua non* para sustentar a supervalorização da moeda nacional.

Sectarismos à parte, é necessário reconhecer diferenças. O México levou a cabo um megaprojeto de privatizações que incluiu mais de 1000 empresas –hotéis, refinarias, telefonia, bancos, centrais elétricas, estradas, entre outras– pelo qual se arrecadou aproximadamente 20 bilhões de dólares. Em oposição, nosso programa de privatizações ainda é relativamente

As taxas de crescimento da economia foram também bastante modestas em ambos os países (Brasil e México) e insignificantes diante da necessidade de oferecer postos de trabalho a milhões de jovens que todos os anos deveriam se incorporar ao mercado. Como consequência, as taxas de desemprego subiram de maneira inédita nos dois países.

lento, como reclamam nossas autoridades e a grande imprensa todos os dias. Mas, com a venda da Companhia Vale do Rio Doce, do setor de telecomunicações, e muito provavelmente dos bancos estatais e federais (CEF e BB), em breve igualaremos a marca dos mexicanos. Neste aspecto, lá como aqui, a justificativa fundamental para o programa de privatização –na realidade um verdadeiro assalto ao estado repleto de falcatruas, deságios, favorecimentos, etc., representando mais um programa de rapinagem sobre o estado do que seu saneamento– era a necessidade de tornar o estado mais ágil para cumprir suas funções sociais e abater a dívida interna; em caso de êxito, esse programa de “reformas” seria o principal mecanismo para baixar as taxas de juros. Aceita-se, desta forma, que as taxas de juros são altas porque o endividamento estatal é grande e nunca o inverso: a dívida somente chegou aos patamares atuais porque a taxa de juros praticada pelo governo –não pelo mercado– é altíssima!

Endividamento

É claro que este cenário não foi, nem é, privilégio de mexicanos e brasileiros; tanto os argentinos como os venezuelanos sofrem dos mesmos males e padecem as mesmas soluções. A dívida interna explodiu na Argentina durante a gestão de Domingo Cavallo, quando saiu do patamar dos U\$ 61,4 bilhões, em janeiro de 1991, para os U\$ 90.471 bilhões em julho de 1996, momento em que o ex-ministro foi substituído pelo atual Roque Fernández. O mesmo endividamento repetiu-se na Venezuela entre 1991 e 1993 com particular força, levando o país a uma crise cambial da qual ainda não se recuperou plenamente, apesar da relativa estabilização monetária atual. O quadro completo desta pilhagem sobre a dívida pública ainda está por ser feito, mas podemos adiantar, sem medo de errar, que as cifras serão assustadoras.

No Brasil, o endividamento público interno saltou dos US\$ 63 bilhões, quando iniciou o programa oficial (junho de 1994), para uma cifra superior aos US\$ 200 bilhões, em março de 1997. No México, ocorreu um exponencial crescimento do endividamento externo privado, e a dívida pública interna cresceu de maneira assustadora: em 1988 a circulação de valores públicos (em milhões de pesos em 1988) era de 72.971, alcan-

çando em janeiro de 1992 a cifra de 124.826; diminui durante 1993 e 1994 para voltar a crescer em 1994, sem nunca baixar do patamar dos 100 bilhões de pesos. A participação de capitais estrangeiros é o que mais cresce, posto que nada detinha em 1988 e, em janeiro de 1993, chegou próximo dos 64 bilhões de pesos.

Há, contudo, outra diferença importante: a “autoridade monetária”, ou seja, o Banco Central, conquistou no México a “autonomia” tão longamente desejada, que não teve dificuldades em ser aprovada pela eterna maioria priísta –o PRI mantém o monopólio do poder por mais de 70 anos– no congresso nacional enquanto que, no Brasil, diante da “incompreensão e rebeldia” de nossa casa parlamentar, Gustavo Franco promoveu uma pequena reforma no Conselho Monetário Nacional (CMN), eliminando os “interesses corporativos” que não ajudavam a estabilização e por algum tempo não se fala mais nisso. O próprio Franco descreveu as razões e a magnitude da operação dessa forma: “a mudança operada na composição do CMN era um passo mais amplo no sentido de se incrementar a independência da autoridade monetária, pois, na estrutura da Lei nº 4.595, peça fundamental do ordenamento monetário vigente, o CMN é a autoridade monetária, e não o BC, de modo que a presença, no CMN, de elementos nem sempre simpáticos à boa gestão monetária resultava em deturpar o funcionamento da política monetária. Era preciso despolitizar e retirar qualquer ranço de corporativismo do CMN...” Esta foi a razão pela qual no Brasil não se insistiu muito na conquista da autonomia do Banco Central como mais uma das reformas indispensáveis para o bom andamento do plano de estabilização. Contudo, a partir dos escândalos financeiros envolvendo títulos da dívida pública de estados e municípios em 96/97 –com a absoluta complacência do BC– o tema da “autonomia” tende a voltar com redobrada força. O país, então, deverá perguntar: autonomia para quem? Atualmente, quem comanda as ações nesta instituição são os homens vinculado às finanças internacionais, que no passado trabalharam, e no futuro muito provavelmente trabalharão, no mercado financeiro, dispendo de grande conhecimento dos caminhos pelos quais se pode ganhar ou perder no mundo das finanças, principalmente aquele mais sensível, relacionado às variações cambiais.

Quicá a única diferença realmente importante entre a política econômica que levou o México à ruína e que garante nosso êxito atual fosse a determinada pelo Nafta. Na época em que se debatia nos Estados Unidos a sua aprovação, o vice-presidente Al Gore não deixou dúvidas sobre a importância do tratado para a economia norte-americana, afirmando que a iniciativa equivalia em termos históricos à aquisição da Louisiana no século passado. No início, a sinceridade de tão ilustre personagem foi desconsiderada inclusive por importantes setores da esquerda que nunca se opuseram frontalmente ao “Tratado de Livre Comércio”, mas passado algum tempo, já podemos realizar uma avaliação baseada em resultados. Com efeito, se consideramos a análise de John Sax-Fernández, um especialista no tema, podemos concluir que o caráter colonial implícito no TLC já conquistou bons resultados para os Estados Unidos e tirou das mãos do país latino-americano importantes instrumentos de política econômica e de controle sobre suas riquezas nacionais, aprofundando ainda mais a dependência daquele país. Hoje, constata-se que os Estados Unidos não somente foram os grandes beneficiados com as privatizações, mas também controlam os principais meios de transportes, exportaram parte de seu desemprego, monitoram mais amplamente a política econômica e, quem poderia prever, a política externa mexicana; que durante décadas comandava –juntamente com Cuba– a rebeldia latino-americana em relação aos interesses imperiais no continente.

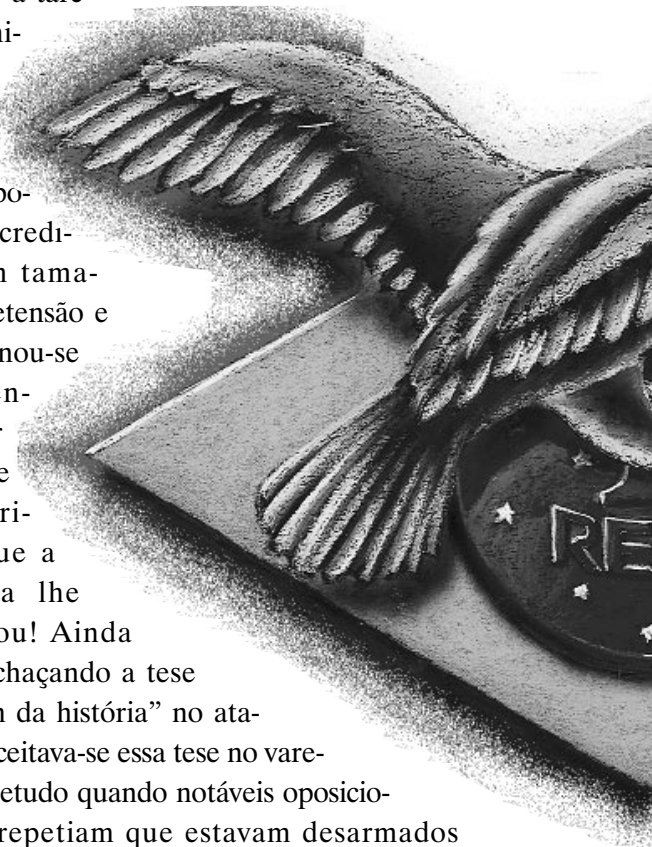
Portanto, para um analista menos atento, esta seria uma diferença decisiva, inclusive porque o Brasil caminha em direção oposta quando organiza o Mercosul. Apesar do esforço da grande imprensa que –de maneira geral segue a orientação de nossa chancelaria– o Mercosul encontraria fortes resistências nos Estados Unidos. Independentemente de eventuais atritos em assuntos comerciais –próprios do capitalismo– a Iniciativa para as Américas, lançada pelos governos republicanos nos Estados Unidos, não são incompatíveis com outras formas de integração das economias latino-americanas que, antes de se constituir em obstáculos, a médio prazo são a base necessária para transformar a América Latina em uma “grande área de livre comércio.”

Projeto político

Outra coincidência notável é o desejo de eternidade que nos dois casos se verifica. O governo encabeçado por Carlos Salinas de Gortari –como o de Fernando Henrique Cardoso– também pensava que cumpria uma função redentora do país, uma espécie de movimento refundacional, que corrigiria os erros do passado tornando-o confiável aos olhos da “comunidade internacional”; tal missão implicava o direito de sair apenas quando a tarefa termi-

nasse. A t é m e s - mo a oposição acreditou em tamanha pretensão e disciplinou-se para enfrentar o vale de lágrimas que a história lhe reservou! Ainda que rechaçando a tese do “fim da história” no atacado, aceitava-se essa tese no varejo, sobretudo quando notáveis opositores repetiam que estavam desarmados diante dos planos oficiais, que “não possuíam programas alternativos” e que não era possível “repetir fórmulas do passado.”

O atual chanceler mexicano José Angel Gurría, uma raposa das finanças internacionais que recolocou o país na rota colonial em 1982, quando eclodiu a crise da dívida externa, afirmou que a nova geração de revolucionários ficaria no poder por 24 anos, o equivalente a quatro períodos presidenciais no México. Seu amigo Salinas de Gortari, que acreditou na história tem fortes motivos para ficar irritado com um de seus mais diletos conselheiros, agora que escreve suas memórias nas frias terras da Irlanda.



Sérgio Motta não possui a elegância e a discrição do diplomata mexicano, mas cumpriu aqui esta função com as características que Deus lhe deu, afirmando que o governo de FHC pretendia ficar 20 anos no poder. Além do apego que as classes dominantes revelam em relação ao poder, esta posição reflete menos a arrogância e a pretensão das elites e muito mais um elemento fundamental do modelo em curso: é necessário garantir a estabilidade política, a continuidade administrativa, para assegurar condições ideais ao

bom funcionamento da economia.

Nesta concepção, o capital inter-

nacional é avesso a mudanças bruscas, à falta de firmeza e consistência

no comando da política econômica. Assim, o

capital financeiro impõe no terreno das relações internacionais a mesma diretriz

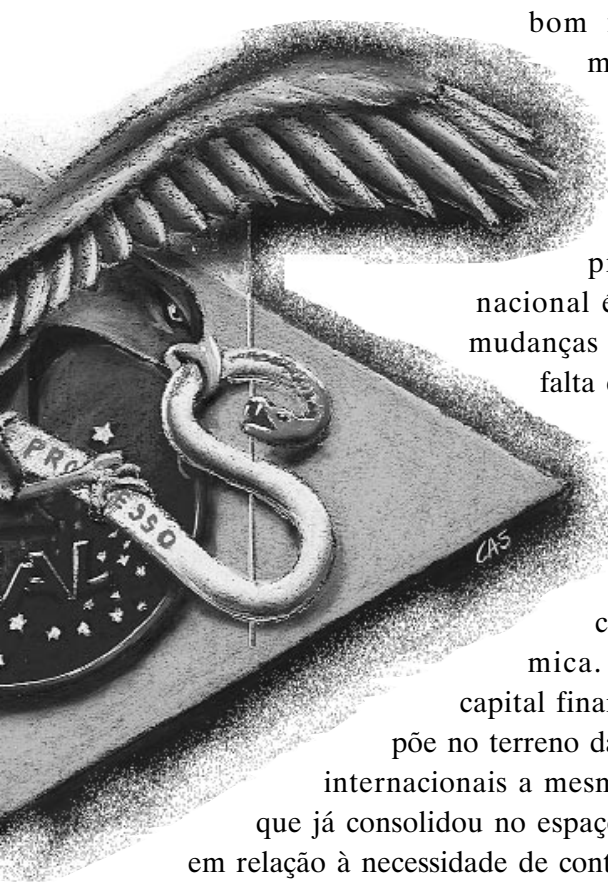
que já consolidou no espaço nacional em relação à necessidade de controlar a inflação para assegurar as condições ideais de funcionamento da economia. Recentemente, na Argentina, o ex-ministro Domingo Cavallo reproduz com grande clari-

dade esta posição ao afirmar que concorrerá às eleições para deputado, visando às eleições presidenciais que se avizinham. Perguntado sobre sua estratégia, afirmou: “Defender as transformações econômicas e políticas que se realizaram desde 1983. Também insistirei que não temos boas políticas sociais e que está aumentando o crime organizado. Candidato-me a deputado, não para ter uma cadeira no Congresso, mas para abrir um espaço político de que o país necessita e que estou em condições de liderar.

Vou desempenhar um papel importante na eleição de 1999, influenciar na Argentina por muitas décadas, disse Domingo Cavallo ao jornal argentino *La Nación*, de 23 de março de 1997. Posto que o domínio do capital é absoluto, é correta a afirmação do filósofo equatoriano Bolívar Echeverría para quem “o neoliberalismo, como todo liberalismo, é a negação da política, não de uma política, mas da política: devemos nos abster de fazer política, porque fazê-la constitui uma invasão que não nos corresponde.” Em nossas condições, todos os críticos, aqueles que ainda pensam que o mundo pode ser diferente e que sempre existem –como historicamente está comprovado– caminhos distintos que poderiam ser tomados, são logo desqualificados como “neotolos” para utilizar as palavras de FHC. Nesta linha, hoje dominante no Brasil, somente são inteligentes e realistas os homens e mulheres que não vacilam em subir no bonde da modernização inevitável conduzida pelo capital financeiro e buscam, dentro de seus estreitos limites, uma política de melhorismo.

É deste princípio derivado da política do capital, que nasce outra semelhança notável entre os dois países: refiro-me a seu ambiente intelectual. O México caracterizou as últimas décadas, especialmente depois que Lázaro Cárdenas recebeu o exílio republicano espanhol por uma intensa vida cultural e política. A diáspora latino-americana derivada das ditaduras que surgiam uma após outra a partir dos anos sessenta incrementou ainda mais o caldo, dando origem a intensos debates entre a esquerda e desta com a direita. O México foi, sem sombra de dúvida, um lugar privilegiado para pensar desde América Latina e a partir de seus interesses, sem que este clima implicasse provincianismos.

No Brasil a situação é bem diferente, particularmente porque 21 anos de ditadura não deixaram imune nosso sistema cultural e o ambiente intelectual necessário para pensar de maneira independente. Agustín Cueva captou com extraordinária agudeza o fenômeno; afirmando que “em alguns casos, como o Brasil, os militares simplesmente cortaram culturalmente o país do resto da América Latina”. Paradoxo da história: entre 1964 e 1979, enquanto essa nação adquiria para nós corporeidade e presença quase cotidiana através de seus brilhantes intelectuais exilados, para os brasileiros



“do interior” nós apenas éramos um perfil fantasmagórico, para não dizer pura ausência. De fato, nem mesmo os intelectuais brasileiros do exílio eram conhecidos em sua terra, em parte porque a censura ditatorial impedia e também –ainda que dê pena dizer– porque seus colegas do interior em princípio não queriam correr o risco de difundi-los e, depois, quando este risco havia desaparecido, preferiam reinar sem concorrência.

Apesar da diferença no ambiente intelectual, e também do reconhecimento de que conseguimos dar alguns pequenos passos para superar nossas pobreza do passado recente, logo se impôs nos dois países um empobrecimento intelectual assustador. Por um lado, o cinismo sociológico progrediu a ponto de chegar aos primeiros escalões do aparelho de estado e, por outro, no embalo da onda conservadora dirigida de fora para dentro e de cima para baixo, completou-se o serviço com a consiga de “que não temos outro caminho a seguir” senão o impulsionado pelo governo. Em ambos países, existiram –no caso do México– como existem, no Brasil, as “ovelhas negras” que alertaram com maior ou menor repercussão sobre o desastre que resultaria(á) do caminho para a modernidade escolhida pelos governantes. Os espaços para esse tipo de crítica viram-se reduzidos à marginalidade ou apenas existiam para aqueles que expressavam uma orientação liberal: a estabilização é ruim porque os custos sociais são altos; a democracia deve ser respeitada assim como a independência dos poderes tem de ser ampla; gradualmente se abandonou uma radicalidade que permitiu à esquerda cumprir sua função em um continente marcado pela polarização econômica, a concentração do poder e o autoritarismo político. Seja bem-vinda a crítica que aceita os postulados da política liberal! Fora desta, tudo é delírio!

Neste ponto observamos uma deficiência que se verifica em ambos os países, mas que pode também ser encontrada na Venezuela, Argentina, Chile e Colômbia. Os principais partidos políticos abandonaram uma crítica global ao sistema e renunciaram no terreno econômico a um confronto com os fundamentos das chamadas “experiências estabilizadoras”. Desta opção resultou, por um lado, um certo pragmatismo no momento de oferecer alternativas reais à política econômica vigente e, por outro, a submis-

são de um projeto de nacional aos imperativos da economia e seus porta-vozes.

No primeiro caso –o pragmatismo nas tentativas de oferecer alternativas– um bom exemplo pode-se observar no recente encontro de Tepoztlán, no México, onde renomados políticos da esquerda latino-americana (entre os quais Lula, José Dirceu e Tarso Genro, do PT, mas também figuras conhecidas de nossas classes dominantes, como Itamar Franco e Ciro Gomes) discutiram um programa alternativo a partir de um texto-base elaborado por Jorge G. Castaneda e Roberto Mangabeira Unger. O encontro, financiado pela ONU, propõe um conjunto de medidas que visam a favorecer em primeiro lugar a empresa capitalista e depois estender alguns direitos para as maiorias cada vez mais exploradas pelo sistema. No documento-base, aceita-se o desemprego como uma realidade inevitável e omite-se o debate sobre problemas fundamentais da economia latino-americana, como a dívida externa, a dívida interna e a privatização do estado, ou seja, o cada vez mais notório caráter de classe que este assumiu na América Latina; neste contexto, aceita-se a estabilização monetária como um passo importante dado pelas elites, que precisa apenas ser completado ou corrigido com a distribuição de seus ganhos com os perdedores. Algo assim como distribuir a riqueza até agora acumulada, que recorda em muitos aspectos os chavões de Delfim Neto quando durante a ditadura afirmava que, em primeiro lugar, é preciso crescer, para somente depois distribuir.

A conseqüência mais séria desse comportamento político das oposições diante da política do capital financeiro é que ele termina por privilegiar unicamente sua atuação dentro da ordem –cujos limites são cada vez mais estreitos– revelando-se ineficaz inclusive neste terreno. Ou seja, as oposições (liberais ou de tradição na esquerda) não empolgam as maiorias, posto que, ao nível da consciência existente, se o projeto é a melhoria do programa oficial, ninguém melhor que o próprio governo para fazê-lo. É difícil não reconhecer que aqui pode estar uma das razões fundamentais da derrota eleitoral de Cuauhtémoc Cárdenas Solórzano, em agosto, e Luís Inácio Lula da Silva, em novembro de 1994.

Exército de libertação zapatista

A timidez da oposição mexicana revelou-se ainda mais trágica quando, em 20 de dezembro do mesmo ano, a política que era conduzida pela “melhor equipe de economistas do mundo”, como dizia George Bush –referindo-se à equipe econômica do governo mexicano–, entrou em colapso. Há menos de quatro meses nenhum personagem importante da oposição se atrevia a discordar globalmente da política em curso, nem mesmo a rever o Nafta, em um país em que o nacionalismo é reconhecidamente uma força popular. A única voz solitária a condenar frontalmente a política recomendada pelos organismos internacionais e aplicada pelas classes dominantes locais foi a do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). No mesmo dia em que anunciaram sua existência ao mundo, o agora distante 1º de janeiro de 1994, afirmavam que o Tratado de Livre Comércio (TLC) –como lá é conhecido o Nafta– representava um “atestado de óbito para as comunidades indígenas”.

É a este acerto que se deve, em grande medida, a legitimidade popular que permitiu a uma força maioritariamente indígena, isolada regionalmente e incomparavelmente mais débil em termos militares, resistir até a todas as tentativas do governo em resolver o conflito pela via militar com efetivos superiores a 60 mil homens do exército mexicano, agora localizados na região e com completa assessoria norte-americana, sabidamente eficaz na guerra contra-insurgente. Para os que duvidam deste argumento, bastaria observar com um mínimo de atenção a força destrutiva das crises financeiras que arruinam em horas a vida de milhares de empresas e milhões de pessoas, como o faz agora na Albânia, retirando dos governos a capacidade de manobra política necessária para superar a crise e alterar a correlação de forças a seu favor. Até 20 de dezembro de 1994 no México, como também no Brasil destes dias, a política do ca-

pital financeiro era intocável porque representava a fórmula correta que abriria as portas da economia mundial para nossos produtos, modernizaria nossas indústrias e faria do subdesenvolvimento e da dependência nada mais do que uma “cicatriz de história”.

A história não tardou em revelar a farsa montada pelos governos modernizantes atualmente em voga em todo o continente com o fatídico 20 de dezembro do não tão distante 1994. Implacável como sempre, encarregou-se de inscrever os planos de estabilização e suas imaginativas e bem montadas estratégias de modernização na larga história da colonização da América Latina. O governo mexicano não hesitou em acelerar ainda mais o “programa de reformas”, uma vez que o “sentido era correto” e não teria sentido retroceder depois de tanto esforço de toda a sociedade na sua construção: a crise de dezembro era apenas um acidente de percurso.

Na mesma linha, porém com outros argumentos, os governos dos demais países apressaram-se então, em afirmar que o Brasil, assim como a Venezuela, a Argentina, o Equador etc., não eram o México. Alguns afirmavam que “aquí não existe Chiapas”, enquanto que outros exi-

biam o “volume das reservas cambiais”, fortaleza contra um ataque à moeda nacional. No entanto, depois da crise mexicana, todos nós dormimos pensando que o fantasma pode tocar em nossa porta e recordar que o pesadelo da longa noite estabelecida pela política do grande capital financeiro ainda não terminou.

Resta saber se, no momento em que isso acontecer, as maiorias e suas vanguardas políticas estarão preparadas para atuar, aproveitando a inevitável crise da moeda forte para mudar em seu favor as regras do jogo que hoje a condenam à exploração econômica e à marginalidade política.

Nildo Domingos Ouriques é doutor em economia pela Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM) e professor do departamento de economia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

A única voz solitária a condenar frontalmente a política recomendada pelos organismos internacionais e aplicada pelas classes dominantes no México foi a do Exército Zapatista de Libertação Nacional.

UNIVERSIDADE E SOCIEDADE: UMA NOVA DEPENDÊNCIA?

Luiz Antônio Cunha

A primeira vista, os dados estatísticos e o discurso oficial sugerem que o potencial do ensino superior, particularmente da universidade, é muito grande na América Latina e no Caribe. Existem na região 536 universidades e 2.821 instituições de ensino superior, nas quais estão inscritos 6,3 milhões de estudantes e trabalha meio milhão de docentes e pesquisadores. Apesar da magnitude do setor privado no Brasil e na Colômbia, o setor público ocupa na região um lugar destacado, com 51% das universidades e 42% das outras instituições, compreendendo, no total, 62% dos estudantes.

O discurso dos governantes, por sua vez, tem sido quase sempre muito favorável às universidades e outras instituições de ensino superior: afirma reconhecer sua capacidade inovadora em termos de ciência, cultura e tecnologia; convoca-

as a ocupar uma posição de vanguarda no combate à pobreza e à injustiça; pede que aumentem a sua inserção no sistema produtivo, de modo a contribuir para o desenvolvimento econômico.

Assim, seria fácil prever um futuro brilhante, heróico e socialmente receptivo para nossas instituições de ensino superior, especialmente para as universidades. Pelo contrário, seria difícil imaginar que tal futuro pareça hoje tão distante para docentes, pesquisadores e estudantes.

Neste texto vou discutir, ainda que brevemente, alguns pressupostos que me parecem equivocados, fonte de uma idealização da educação superior na região, que, num futuro próximo, podem vir a fundamentar políticas governamentais e expectativas na opinião pública, tendentes a responsabilizar as universidades (mais do que outras instituições de ensino superior) pelo não-cumprimento dos papéis so-

ciais que lhes seriam inerentes.

Em primeiro lugar, é necessário mencionar que as instituições de ensino superior são muito heterogêneas em termos da dimensão, da estrutura e das atividades que desenvolvem, para que se lhes possa atribuir funções comuns além do ensino propriamente dito. Da mesma maneira, nas universidades da região dificilmente se poderia encontrar, como elementos comuns, algo mais do que o seguinte: oferecimento de cursos superiores, numa variedade de áreas, e aspiração à autonomia acadêmica e funcional diante do Estado.

Esses elementos são obviamente insuficientes para definir a universidade, pois todos eles poderiam estar presentes, também, em instituições de outro tipo. Parece-me que uma agenda de pesquisa sobre o ensino superior na América Latina e no Caribe deveria dar prioridade à questão da definição real da universidade na região, levando em

conta (porém, não se deixando levar por) o discurso triunfalista para com a universidade idealizada).

Sem embargo, algumas observações podem ser feitas, ainda que como uma primeira aproximação.

O ensino ministrado pelas universidades orienta-se para a formação de profissionais, que são produto de uma tensão difícil de resolver: de um lado, atuam os empregadores e seus agentes, orientados pelo *man-power approach* difuso; de outro, atuam os docentes, regidos pela lógica do desenvolvimento das disciplinas acadêmicas básicas. Pois bem, a lógica de produção de bens e serviços (que preside a atuação dos empregadores e seus agentes) não coincide necessariamente com a produção de conhecimento científico, menos ainda com a produção cultural e artística. Como conciliar a demanda de profissionais para atuar em postos de trabalho específicos, dotados de conhecimentos imediatos e precisos, com a ampliação do campo científico? O resultado é uma dicotomia que se procura atenuar enfatizando o conhecimento básico (mais distante, portanto, das expectativas imediatas dos empregadores e seus agentes), com a esperança de que a aplicação e/ou a complementação dos conhecimentos necessários seja feita pelos concluintes dos cursos universitários em interação direta com os problemas que enfrentarão.

No entanto, essa orientação encontra resistência tanto da parte dos empregadores e seus agentes, quanto da parte dos estudantes, interessados, estes como aqueles, na

aplicação direta e imediata dos conhecimentos fornecidos pelas universidades e outras instituições de ensino superior.

Em nossas universidades, o ensino tem sofrido profundas mudanças, ainda que com desigual intensidade. O processo diferenciado mais persistente de modernização das universidades da região, na direção dos padrões vigentes nos EUA, consiste numa mudança radical na organização dos recursos materiais e humanos. Ao invés de agrupá-los em função dos produtos (isto é, em faculdades e institutos), como no modelo napoleônico, eles passam a ser agrupados em função das economias de escala no plano do uso dos indutos (implicando a estrutura departamental). O conhecimento a ser ensinado tende a ser fragmentado em pequenas unidades, as disciplinas. No plano da universidade, a agregação das disciplinas dá origem aos departamentos, mediante processos indutivos (ao contrário do processo dedutivo que originava a cátedra das universidades, segundo o estilo europeu do século XX). No plano dos estudantes, essa agregação recompõe a estrutura curricular, mediante o emprego de um sistema peculiar de contabilidade acadêmica, o crédito. Assim, a própria estrutura das universidades tende a revelar a vitória do empirismo anglo-saxão sobre o racionalismo francês e o idealismo alemão, os quais presidiram o desenvolvimento do ensino superior na América Latina até os anos 50 do século XX.

A multiplicidade de cursos tem caracterizado as universidades da

região, mas de um modo bastante diferente. Se encontramos a expectativa da “universidade de campo” como essencial à instituição, há países onde são exigidos somente três cursos superiores para que uma instituição adquira o status da universidade. Enquanto alguns países exigem cursos em diferentes campos de conhecimento, outros não impõem essa condição, o que permite a existência de instituições especializadas, como é o caso das universidades pedagógicas e das universidades técnicas (ou tecnológicas).

A autonomia tem sido uma aspiração compartilhada pelas universidades da região, primeiro diante da Igreja, depois diante do Estado, e, em certos países, diante de ambos. O movimento pela Reforma Universitária, originário de Córdoba (1918), formulou um ideário que se difundiu em seguida pela região, no qual a reivindicação de autonomia, como elemento essencial da universidade, ocupava o lugar principal. Todavia, a instabilidade política na região, provocada por intervenções militares no campo político, tem levado nossas universidades a sofrerem cortes de orçamento, destituição de reitores e diretores, expulsão de docentes e estudantes, invasões policiais e, até mesmo, a suspensão de suas atividades. No entanto, o esgotamento dos regimes militares e a retomada do processo democrático não resultaram em aumento da autonomia da universidade diante do Estado, seja no que diz respeito aos recursos financeiros, seja em termos acadêmicos e funcionais.

Apesar da festejada grandeza das instituições de educação superior na região, um juízo negativo tem sido feito: seu crescimento teria estado mais vinculado ao sistema político e ideológico do que ao sistema produtivo. Esse juízo tem sido feito com base na comparação de dados da região com os da Europa Ocidental, tomada como referência.

Tal comparação supõe uma imagem fabril, onde o *man-power approach* difuso está presente mediante o pressuposto de que há níveis ótimos de escolaridade para a força de trabalho em cada “etapa” do processo de desenvolvimento econômico.

Com isso, pretende-se demonstrar a insuficiente atenção às necessidades de ensino primário e secundário em proveito ao ensino superior. Mas, a mesma comparação, no sentido inverso, tem servido para ilustrar o “excesso” de oferta de ensino superior em relação aos níveis inferiores, “excesso” esse que deveria ser contido e reduzido.

Mais do que discutir se a oferta de ensino primário e secundário é insuficiente com relação ao ensino superior, ou se este é que é excessivo com relação aos outros, meu interesse aqui é mostrar a inadequação da imagem fabril, destacando que não tem sentido falar da desvinculação do ensino superior com relação ao sistema produtivo, da maneira como se vem fazendo.

Com efeito, se nos livrarmos das limitações da imagem fabril,

poderemos encontrar importantes conexões entre a educação superior e o sistema produtivo, além da mera qualificação da força de trabalho. Isto não significa, todavia, que eu pretenda atribuir valor positivo a tais relações.

Como exemplo da importância que as funções das instituições de ensino superior têm para o funcionamento do sistema produtivo, enumero as seguintes:

1) Habilitação diferenciada da força de trabalho para favorecer a

A produção das universidades em termos de cultura, ciência e tecnologia tem sido descartada tanto pelo sistema produtivo quanto pelo próprio sistema educacional. (...) A situação mais comum é de indiferença.

distribuição desigual e arbitrária da massa salarial;

2) ampliação da reserva de força de trabalho, de modo a impedir o crescimento dos salários de certas categorias profissionais;

3) absorção temporária de jovens desempregados ou inempregáveis;

4) articulação estreita com as instituições de controle corporativo do mercado de trabalho, contribuindo tanto para a regulação da quantidade, como da qualidade dos profissionais diplomados;

5) inculcação das ideologias que produzem e justificam a divisão

entre o trabalho manual e o trabalho intelectual; e

6) acumulação de capital pelas instituições privadas de educação superior.

Como não reconhecer que são todas elas resultado de uma estreita articulação entre as instituições de ensino superior e o sistema produtivo?

No meu entendimento, a insistência na imagem do desajuste encobre um fato muito importante: a produção das universidades em termos de cultura, ciência e tecnologia tem sido descartada tanto pelo sistema produtivo quanto pelo próprio sistema educacional.

Apesar das experiências exitosas de aproveitamento de conhecimentos produzidos nas universidades da região pelas empresas públicas e privadas, a situação mais comum é de indiferença. Se, de um lado, ainda

existe um certo desprezo dos acadêmicos pela aplicação prática de seu trabalho, não é menos verdadeiro que raras empresas se interessam de fato pela incorporação do produto universitário que não sejam os profissionais. Os empresários têm pressa e, por isso, preferem comprar “pacotes tecnológicos” a financiar o desenvolvimento de produtos ou processos nas e pelas universidades, cujo resultado é obviamente incerto, como toda atividade de pesquisa. As empresas multinacionais, por sua vez, têm no pagamento de royalties às

suas matrizes uma via adicional de remessa de lucros, não lhes interessando substituí-la pelo desenvolvimento nacional de alternativas. Assim, as universidades da região são depositárias de uma produção tecnológica não absorvida pelo sistema produtivo, motivo de grande frustração, mais naquelas do que neste.

No âmbito do próprio sistema educativo, é fácil comprovar o descarte pelas escolas primária e secundária dos conhecimentos produzidos no nível superior. Antes de tudo, os salários pagos aos professores primários e secundários são tão baixos, que somente atraem os abnegados e os que não encontram outra ocupação, levando a que o pessoal docente continue sendo improvisado. Não obstante, os interesses comerciais das editoras, os preconceitos religiosos e a inércia das administrações educacionais fazem com que os livros didáticos para as escolas primárias e secundárias sejam reimpressos ano após ano, impermeáveis à rápida ampliação e renovação do conhecimento que se processa no nível superior. Infelizmente, as políticas educacionais dificilmente incorporam o resultado das pesquisas e dos experimentos financiados e promovidos pelos mesmos governos que as implantam.

Como que ignorando esse duplo descarte e o caráter hegemônico do processo de globalização da economia, uma nova função tem sido atribuída às instituições de ensino superior, especialmente às universidades: a produção de conhecimentos que propicie e acele-

re a reinserção dos países da região no mercado mundial.

Mas, se levarmos em conta a globalização hegemônica e o duplo descarte da produção de nossas universidades, deduziremos que se poderia estar transformando o caráter da dependência dessas instituições: em vez da dependência diante da Igreja ou do Estado, a dependência diante do mercado. Este, ao contrário daquelas outras fontes de constrangimento, não é passível de ser personificado em figuras-símbolo, como é o caso do bispo ou do general-presidente. Ao invés de ser indicador de debilidade, a não-personificação das forças de constrangimento do mercado revela seu poder, proveniente, também, da dissimulação dos mecanismos de controle sobre a produção acadêmica.

Ademais, é preciso chamar a atenção para a existência de contradições nessa articulação pretendida: o mesmo mercado que tem sido assinalado como motor e destinatário da produção universitária contribui para o enfraquecimento dessa instituição. Senão vejamos:

1) O crescimento indiscriminado das instituições privadas de ensino superior, em geral de baixa qualidade, tem pressionado os organismos governamentais de fomento a desviar das instituições públicas parcelas crescentes de recursos, dificultando, quando não inviabilizando, o desenvolvimento da pesquisa universitária.

2) Os baixos salários pagos pelas universidades públicas e a crescente dificuldade de obtenção de recursos para pesquisa promovem

a evasão de pessoal altamente qualificado para outras atividades, quando não para outros países;

3) Os altos subsídios dados pelos governos dos países desenvolvidos do Norte a suas universidades, como, também, o forte investimento em pesquisa e desenvolvimento pelas empresas multinacionais condenam à obsolescência os conhecimentos produzidos em nossas universidades, em proveito da venda de “pacotes tecnológicos”, de marcas e de processos.

Mesmo assim, quando existe interesse direto de uma empresa no desenvolvimento de um certo projeto, está presente a contradição entre duas lógicas: de um lado, a lógica empresarial, que exige a apropriação privada dos resultados do projeto de que participa, preservando-o mediante cláusulas de uso restrito e de segredo; de outro lado, a lógica universitária, de inequívoca base iluminista, que pretende a apropriação coletiva do saber mediante sua mais ampla difusão.

Por fim, mas não em último lugar, cumpre dizer que as universidades da região podem inserir-se no mercado, sem perder sua autonomia, com a condição de determinarem quando, como e para quê fará tal inserção. Mas, sendo fiel aos seus princípios, elas não poderiam deixar de atuar, também, contra o mercado, cujos mecanismos, tão celebrados neste momento de globalização hegemônica, reproduzem eficazmente a miséria e a dominação em nossos países.

Luiz Antônio Cunha é professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Ensaio

HOMENS DE FIBRA SONHO DE LIBERDADE

Fotos e texto: J. Ripper/Imagens da Terra



cenário é medonho. O calor insuportável chega a mais de 60°; a fumaça provoca asfixia e a poeira do carvão entope as narinas.

Depois de uma hora de trabalho, o carvoeiro cospe preto.

Em média, eles passam mais de dez horas na rotina de abastecer, retirar carvão e colocar madeira nos fornos novamente. Durante a noite, no lugar de descansar, têm de vigiar para os fornos não explodirem. As crianças envelhecem antes do tempo.



As que conseguem ir à escola demoram de três a cinco anos para completar apenas um ano escolar. Vivem exaustas.

Sidney Pereira dos Reis, 10, sonha em jogar futebol. Sabe carregar forno, tocar fogo, descarregar, barrear. Pega no garfo, na esteira; tem orgulho do seu trabalho, mas não percebe que está perdendo a infância. Não vai à

escola, nunca vai ser jogador de futebol. Não tem casaco. “Quando fica muito frio acendo uma fogueira”, conta Sidney. Com ele trabalham mais três irmãos: Edson, 8, Alexandre, 12, Sidcley, 15. Todos “vivem” na carvoaria para ajudar a pagar a “dívida” do pai, José da Conceição, de 38 anos, responsável por fornos da Carvão Tocantins Ltda., que derruba







cerca de 680 mil árvores por mês, aproximadamente 120 hectares de floresta de pinos e eucaliptos na Fazenda Finacial, em Ribas do Rio Pardo (MS).

João Rodrigues, a esposa Alaíde Pereira e o filho Anderson, 9, trabalham para a Itaú Magnésio, em Montes Claros, no norte de Minas Gerais. Sem poder abandonar o local, sonham com uma escola rural para não verem o filho crescer analfabeto. “Pra quem vive nesse inferno o sonho é só uma forma de suportar a dor”, diz João Rodrigues, orgulhoso do garoto Anderson, que aos nove anos de idade é considerado um dos melhores carvoeiros da região.

O trabalho escravo se estende por vários outros setores da economia brasileira, principalmente nas áreas rurais; nos seringais do Acre, onde muitos são obrigados a trabalhar em troca de comida. Sempre ficam devendo aos seringalistas. No interior das fazendas, durante as derrubadas na Amazônia, principalmente no sul do Pará, os trabalhadores ficam presos no interior das florestas sob vigilância armada de

pistoleiros. Quando tentam fugir, são presos, torturados ou assassinados. Ao final de cada empreita, ao invés de receberem, ficam sabendo “no acerto de contas” que ainda devem e são levados para trabalhar em outra fazenda. Em alguns casos, entre um trabalho e outro, são colocados em pequenos hotéis onde aguardam transporte para a mata. Toda a conta da hospedagem é acrescida ao débito do trabalhador e, assim, muitos chegam a ficar até seis meses escravos dos fazendeiros.



Na região de Santana do Araguaia, sul do Pará, é comum famílias levarem meses, até anos, procurando por seus parentes escravos. Maria Francisca Cruz, 43, mãe de sete filhos, nunca mais encontrou seu marido José Alves de Souza. Ele foi levado pelo empreiteiro Francisco das Chagas, em Santana do Araguaia, para trabalhar na Fazenda Bacuri. “Até hoje não recebi notícias nem dinheiro dele. Falam que morreu gente por lá, outros conseguiram fugir. Até agora ele não voltou”.

Em outras regiões, em atividades diferentes, não chega a existir a presença do pistoleiro armado. Porém, não existe outra opção ao trabalhador rural senão a de trabalhar em situações terríveis, verdadeira escravidão moderna. Adultos e crianças trabalham de sol a sol, em troca de R\$ 2 a R\$ 5 por semana nas pedreiras em vários municípios baianos, como Retirolândia. A prefeitura é quem compra a produção para usar nas construções da cidade. Em Valente, município vizinho, a exploração ocorre nos sisais. Naquela região se registra o maior índice de mutilação do mundo. Nos últimos três anos, mais de cem sisaleiros tiveram membros esmagados e perderam dedos, mãos e até braços nas arcaicas máquinas que transformam o sisal em fibra.





Entrevista
Rosalind P. Petchesky
por Bernardo Kucinski

FEMINISMO

CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS

Fotos: Nair Benedicto/N. Imagens

Rosalind Petchesky é uma feminista de longa data, fundadora e dirigente de uma das mais importantes organizações de pesquisa e ativismo político no campo dos direitos sexuais e reprodutivos: a International Reproductive Rights Reserach Action Group (IRRRAG), com sede em New York. É também pesquisadora e docente de “Women’s Studies”, área interdisciplinar bem definida nas universidades estrangeiras, mas ainda pouco presente na academia brasileira, apesar da marcante contribuição das feministas e demógrafas brasileiras aos estudos dos problemas da mulher e da reprodução humana. Alguns dos trabalhos de Rosalind foram escritos em parceria com pesquisadoras brasileiras, entre as quais Sonia Correa. Rosalind participou do 8º Encontro Internacional Mulher e Saúde, realizado no Rio de Janeiro, em março último, onde concedeu esta entrevista. Compareceram ao encontro cerca de 450 mulheres de todo o mundo. E nenhum homem. O encontro foi fechado aos homens. Rosalind, uma das principais conferencistas, falou sobre o “Corpo, Direitos Reprodutivos e Sexuais – Convergências e Divergências”.



Adusp - Gostaria de pedir-lhe uma breve descrição de sua militância. Como você começou no movimento feminista? O que você faz hoje?

Rosalind - Eu comecei no Movimento Feminino, nos Estados Unidos, como parte do Movimento Geral de Mulheres que surgiu da esquerda e do movimento contra a guerra do Vietnã. Tornei-me, então, mais envolvida com as questões das mulheres porque estávamos muito preocupados com as restrições ao direito de aborto e as questões de saúde reprodutiva. Isto foi há muito tempo. Foi nos anos 70, na minha cidade, New York. Começamos uma organização chamada Comitê pelo Direito de Aborto e contra a Esterilização Abusiva (Carasa). Fui participante desse comitê e do movimento nos Estados Unidos e escrevi um livro chamado *Aborto e a Saúde da Mulher*, publicado nos Estados Unidos, que muitas pessoas aqui conhecem. Mais tarde, tornei-me diretora do Programa de Estudos da Mulher do Hunter College, na Universidade da Cidade de New York, onde ainda sou professora de Ciências Políticas e Estudos da Mulher. Durante esse tempo, envolvi-me ainda mais nessas questões em âmbito internacional. Comecei a organizar alguns encontros de mulheres de todo o mundo sobre essas questões de saúde reprodutiva e sexual e formamos o Grupo Internacional de Ação na Pesquisa de Direitos Reprodutivos (IRRRAG), que tem feito pesquisas em diversos países, incluindo o Brasil.

Adusp - Como você vê a recente história desses movimentos de mulheres, em particular em torno dos direitos reprodutivos? Quais têm sido os maiores progressos até o encontro do Rio de Janeiro?

Rosalind - Tem havido uma longa evolução nesses movimentos. No início, e estou falando agora não somente dos Estados Unidos e Europa, mas da América Latina, a ênfase maior era na busca pela obtenção de aborto legal seguro e também de contraceptivos seguros. Mas, rapidamente, as questões incluíram maternidade segura, o direito de ter filhos com dignidade e segurança, bem como o direito de não tê-los. E começaram também a incluir questões de saúde clínica da mulher, infecções do trato reprodutivo, cânceres. E quando começamos a nos perguntar sobre as condições necessárias para ter essa segurança, tranquilidade e saúde para nossos corpos, tivemos que olhar mais profundamente para as infra-estruturas dos países, tivemos que olhar para as políticas públicas, não apenas em relação ao sistema de cuidados da saúde mas também em relação a muitas outras condições básicas de capacitação. Aqui no Brasil nos preocupamos com condições de todos os tipos. Você não pode ter acesso a métodos de contracepção bons e seguros se não tem meios de transporte para chegar a uma clínica. Ou se você não tem condições sanitárias, você não pode usar muitas formas de contracepção. Mesmo se você observar o estreito nicho de planejamento familiar ou controle da fertilidade, você tem de ter mui-

tas condições para exercer esse direito. Então, começamos a pensar mais profundamente em termos de como a saúde sexual e reprodutiva interliga-se com a saúde em termos gerais, e como a saúde em termos gerais interliga-se com muitas questões de desenvolvimento sustentável. São todos fragmentos de uma mesma matéria.

Adusp - Como foi que a expressão “direitos sexuais” passou a fazer parte do conceito de “direitos reprodutivos”, dando origem ao conceito mais amplo de direitos sexuais e reprodutivos? Como, quando e por quê?

Rosalind - Estou contente que você tenha feito essa pergunta porque apesar de recebermos congratulações do movimento feminista por acrescentar sexo à reprodução, na verdade foi o movimento mundial de prevenção à pandêmica Aids que trouxe a público a palavra “sexual”, e trouxe-a como palavra feia. Ela veio à tona devido à Aids e admite-se que, apenas agora, temos um discurso de direitos sexuais em termos afirmativos no plano internacional, nas Nações Unidas, e em documentos tais como o de Beijing, devido ao movimento organizado a partir da Aids.

Adusp - Houve também contribuição do movimento lésbico neste sentido de atingir direitos sexuais independentemente das funções reprodutivas?

Rosalind - Isto sempre foi enfocado. Primeiramente, as lésbicas têm sido sempre uma parte central e importante de grupos feministas e

de grupos de saúde reprodutiva das mulheres e de direitos reprodutivos. Sempre, desde o início, elas têm estado em uma posição natural de liderança e ativismo. Elas sempre têm falado a respeito e temos sempre encabeçado questões das lésbicas, tais como maternidade das lésbicas, seu acesso a cuidados médicos e assim por diante. Mas o que me parece novo agora é uma ênfase sobre o direito não somente à diferença sexual e orientação sexual, mas ao prazer sexual para todos os grupos de pessoas.

Adusp - Mas isso não contradiz o que você disse antes, que o que trouxe esta questão foi a pandemia da Aids? Assim, não tem havido uma espécie de conotação negativa, uma espécie de conotação defensiva, em vez de uma conotação de prazer?

Rosalind - Não penso que haja contradição. Penso que a Aids realmente ameaçou destruir a discussão sobre sexualidade. Criou um contexto de negatividade, de prevenir alguma coisa antes de permitir alguma coisa, mas, na realidade, foi somente devido ao horror da Aids. E às discriminações, às muitas formas de discriminação que as pessoas soropositivas e aidéticas têm experimentado, particularmente as mulheres, que agora constituem cerca de 40% dessa população aidética ou soropositiva. É somente por causa dela que podemos publicamente anunciar a sexualidade como parte fundamental da vida humana, e que sem o direito feminino de determinar sua própria sexualidade, de exigir sua própria satisfa-



O que me parece novo agora é uma ênfase sobre o direito não somente à diferença sexual e orientação sexual, mas ao prazer sexual para todos os grupos de pessoas.

ção e segurança, as mulheres correm o risco desta doença fatal.

Adusp - Estava lendo, outro dia, um clássico do feminismo, e a escritora americana Catharine MacKinnon começou dizendo que a sexualidade está para o feminismo assim como o trabalho está para o marxismo: o que há de mais pessoal e, no entanto, o que é mais expropriado. Você concorda com essa colocação?

Rosalind - Sim, eu conheço a MacKinnon e concordo com ela.

Adusp - Entendo que os conceitos de direitos reprodutivos e sexuais estão evoluídos, portanto, gostaria de saber como você define hoje os direitos reprodutivos e

sexuais. Que tipos de direitos estão garantidos?

Rosalind - Há uma definição formal no Programa Adoção do Cairo, bem como na plataforma de ação de Beijing, você pode vê-la nos artigos 72 e 73 do Documento do Cairo e também na plataforma de Beijing. Mas, muito simplificada eu diria que a definição está no direito de decidir se, quando e com quem ter filhos ou não ter filhos; o direito de decidir se, quando e com quem ter sexo ou não ter sexo. E todas as condições e meios e informação necessários para tornar este direito concreto e realizável na prática.

Adusp - Sua fala nesta conferência foi sobre Direitos Reprodutivos e Sexuais — Convergências e Divergências. Quais são, para você, os principais pontos divergentes e convergentes, atualmente, nas discussões entre as mulheres sobre direitos reprodutivos?

Rosalind - Um deles é uma velha discussão dentro do movimento de mulheres. É uma questão de tecnologias reprodutivas e em que extensão deveríamos focar na periculosidade daquelas tecnologias, ou nos seus aspectos positivos. Para muitas de nós, ambas as coisas são verdadeiras. Não podemos ter uma ou outra, é uma questão de ênfase, realmente.

Adusp - Periculosidade em que sentido?

Rosalind - Periculosidade no sentido de tecnologias que envolvem prejuízo à saúde das mulheres, que são impostas coercitiva-

mente por programas populacionais de fornecedores de assistência médica, que estão mais interessados em controlar a fertilidade das mulheres e em controlar o crescimento populacional do que em promover saúde e bem-estar das mulheres. Todos os grupos feministas têm preocupações nesse sentido, mas alguns grupos estão especialmente preocupados, a ponto de suspeitar de qualquer tecnologia. Havia, por exemplo, um movimento muito forte, aqui no Brasil, contra o contraceptivo de longa ação chamado Norplant. O Norplant é um contraceptivo de longa ação, não é permanente mas é administrado através de implantes no braço das mulheres, e há sérias preocupações quanto aos efeitos colaterais do Norplant, sobre sua administração a mulheres muito jovens (na verdade, não foram feitos estudos longitudinais suficientes sobre os impactos severos em mulheres muito jovens por um período de tempo) e, finalmente, sobre o fato de que aparentemente é difícil remover o implante. Muitas mulheres fizeram o implante e não gostaram, sentiram efeitos colaterais, principalmente muita hemorragia e excesso de sangramento, e pediram a remoção dos implantes e os "fornecedores" recusaram-se a removê-los ou porque é muito difícil ou porque acham que a mulher é louca... Ela não é! Isto é um problema muito sério. No Brasil, alguns movimentos de mulheres ficaram tão aborrecidos com a introdução do Norplant neste país, que se organizaram

para realmente eliminar o Norplant. Tanto quanto eu saiba, o Norplant não é mais usado no Brasil. Outros grupos diriam: sim, estamos muito preocupados com o uso abusivo, com a falta de informação, o não-atendimento dos pedidos de remoção de algumas mulheres etc., mas não deveríamos condenar o método, não deveríamos eliminar sua disponibilidade porque haverá mulheres para quem ele poderá ser útil e eficaz. Isto é um tipo de divergência.

Adusp - Existem agora novas tecnologias que permitem a reprodução sem a necessidade da mulher. Desta maneira, as mulheres não perderão um dos seus principais poderes? O poder sobre a procriação?

Rosalind - Esta é uma boa pergunta. Primeiramente, não há qualquer tecnologia já desenvolvida que não precise da mulher. Não há ainda muitos experimentos que possam excluir totalmente as mulheres. Eles precisam para a reprodução, pelo menos do óvulo. Mesmo implantado...

Adusp - Bem, podemos armazená-lo e então...

Rosalind - Pode-se estocá-lo mas você ainda terá que obtê-lo, e tanto quanto eu saiba não tem havido nenhum desenvolvimento bem-sucedido de útero artificial. Você ainda precisa do útero mesmo que uma mulher doe o óvulo, mesmo que ele seja artificialmente fertilizado, ele terá que ser implantado em outro útero... o processo ainda exige uma mulher. Isto pode

mudar e é interessante porque você poderia dizer: sim, por muitos milhares de anos, as mulheres não têm sido somente discriminadas devido à sua capacidade maternal mas têm obtido também um certo poder disso. Não há dúvida sobre isso. Entretanto...

Adusp - Que é talvez a razão pela qual elas foram discriminadas.

Rosalind - Talvez. Concordo.

Adusp - Para mantê-las no lugar.

Rosalind - Exatamente! Porque, na verdade, é uma modalidade misteriosa e real de poder conseguir produzir crianças e a próxima geração. Por outro lado, eu discutiria se este poder e sua responsabilidade são lados de uma mesma moeda, se vêm mais da prática das mulheres como nutridoras e menos de sua capacidade fisiológica de dar à luz. E são aquelas funções nutridoras que as relações sociais de reprodução não mudarão dramaticamente com a simples invenção de um útero artificial. Quem ainda cuida das crianças, de seu crescimento, tem acesso ao desenvolvimento da criança, é a mulher. Se este relacionamento social começar a mudar de maneira séria, se os homens começarem a assumir a mesma responsabilidade pelo que acontece às crianças, pelo seu cuidado diário e nutrição, penso que veremos mudanças radicais e mesmo revolucionárias nas políticas de reprodução. Mas estamos muito distantes disso neste momento. Em nossa última pesquisa, uma das coisas que descobrimos,

muito interessante, é que muitas das mulheres, em todos os diversos países onde fizemos nossa pesquisa, reclamaram seu direito de tomar decisões sobre contracepção, aborto e sexualidade com base nas suas responsabilidades como mães. Elas dizem “sou eu quem sofre, sou eu quem arco com todo o peso, ele não faz nada, ele somente vem toda noite, às vezes nem vem para casa à noite, assim sou eu que tenho que decidir”. O que é interessante aqui é que as mulheres estão também reclamando sobre aqueles “pesos”; elas reclamam que os homens não dividem mais no trabalho doméstico e cuidado com as crianças. Há um dilema, uma contradição aqui, uma espécie de dilema feminista, da tensão entre o valor de um controle...

Adusp - Você não pode ter as duas coisas.

Rosalind - Sim, você não pode ter as duas coisas. É o valor de um controle e poder, de um lado, e o valor de dividir responsabilidade, de outro. Sei que se hoje, neste momento, se você perguntasse a muitas das mulheres que entrevistamos no Egito, nas Filipinas, ou aqui no Brasil, “como você gostaria que fosse...vamos conversar com seu marido e envolvê-lo mais na contracepção ao invés de ter

que fazer aborto”, as mulheres diriam “não, vamos mantê-lo fora disso. Eu tenho tudo isso, faço isso discretamente, e não desejo vê-lo envolvido, não quero que ele saiba”. Para atingir um ponto de verdadeiro diálogo e compartilhamento dessas questões, penso que deverá acontecer muita educação e treinamento sexual dos homens. Homens e rapazes.

Em nossa última pesquisa, uma das coisas que descobrimos, muito interessante, é que muitas das mulheres, em todos os diversos países onde fizemos nossa pesquisa, reclamaram seu direito de tomar decisões sobre contracepção, aborto e sexualidade com base nas suas responsabilidades como mães. Elas dizem “sou eu quem sofre, sou eu quem arco com todo o peso, ele não faz nada, ele somente vem toda noite, às vezes nem vem para casa à noite, assim sou eu que tenho que decidir”.

Adusp - Penso que o Brasil e alguns outros países estão ainda muito atrasados em direitos reprodutivos, pois as mulheres sequer têm direito ao aborto.

Rosalind - É verdade.

Adusp - Você acredita que isso mude no futuro imediato?

Rosalind - Penso que já começou a mudar. Descobrimos em nossas pesquisas no Brasil e no Egito, um país muito diferente e surpreendente, e também nas Filipinas, que é novamente um país católico com uma forte presença da Igreja na política, descobrimos que

as mulheres, um movimento embrionário de mulheres, estavam freqüentemente mudando a religião para ajustá-la às suas próprias necessidades.

Adusp - Mudando de uma religião para outra? Ou mudando a forma como vêm a religião?

Rosalind - Mudando o modo de interpretar a religião para adequar o que a igreja diz ou como são os ensinamentos. Isto tem a ver especialmente com mulheres que fazem abortos, que usam contraceptivos quando acreditam que isso é pecado, que se recusam a fazer sexo com seus maridos quando não querem, embora acreditem nos ensinamentos que dizem que essa é uma obrigação da mulher ca-

sada. Essas mulheres diriam “eu sei que é pecado, mas acredito que Deus entende. Ele sabe qual é minha situação e Ele me perdoará”. Então, inventaram esta divindade benevolente para justificar suas atitudes. E aqui no Brasil, esta invenção de uma divindade benevolente tem uma longa tradição, vem de uma religião popular tradicional, da teologia da libertação e de comunidades de base organizadas de que muitas das mulheres que entrevistamos têm participado. Elas não estão inventando completamente sozinhas, mas extraem desta tradição popular a fim de criar um

Os movimentos feministas estão na defensiva, há muita pressão contra nós e isso tem tornado muito difícil crescer porque estamos apenas defendendo o que já temos. Para ser honesta, e só posso falar por mim mesma sobre isso, penso que os movimentos de mulheres em muitas partes do mundo estão mais fortes que nos Estados Unidos e Europa.

sentido de responsabilidade pelos direitos reprodutivos; isto é um tipo de mudança. Um outro tipo é mais prática em termos de legislação. Agora, tal como entendo, quero descrever uma dinâmica no Brasil que envolve um relacionamento entre esses movimentos embrionários de mulheres e grupos feministas organizados. Há um forte e extenso movimento de saúde e saúde reprodutiva no Brasil. Este movimento é um modelo de engajamento e de provisão de serviços educacionais entre mulheres muito pobres em suas comunidades nas cidades e áreas rurais, particularmente no Nordeste, em Pernambuco, ou nas favelas de São Paulo e Rio. E dessa atividade organizada, os grupos feministas no Brasil aprenderam que muitas dessas mulheres estão fazendo abortos, usando Citotec. Nós conhecemos as drogas que elas podem comprar nas farmácias, ou têm outros meios de induzir abortos ou fazer abortos ilegalmente e, então, têm complicações e vão a um hospital, e o que acontece é que elas são muito mal tratadas quando...

Adusp - Como criminosas?

Rosalind - Como criminosas, como pessoas sujas...

Adusp - Se pegam uma infecção é porque mereceram.

Rosalind - Exatamente. E são tratadas punitivamente, são ignoradas, são repudiadas, e as mulheres estão muito zangadas com isso, furiosas. Como resultado do reconhecimento que o movimento de mulheres brasileiras tem da situação, elas levaram esse conhecimento ao Cairo e a Beijing, para as Conferências Internacionais. Essas conferências internacionais não estão ainda capacitadas para reconhecimento universal do aborto como um direito humano. Ainda não chegamos lá. Mas o que obtivemos foi um reconhecimento nos documentos do Cairo e de Beijing de que todos os países deverão prover tratamento seguro, adequado e contínuo para mulheres que estejam sofrendo de complicações de um aborto ilegal inseguro. Está escrito nos documentos. No Brasil, esta cláusula do documento de Beijing está sendo debatida no legislativo e pode passar, e a legislação pode mudar dessa maneira no Brasil.

Adusp - Você vê o movimento feminista crescendo rapidamente no momento em que outros movimentos sociais estão enfraquecen-

do e desmoronando, ou você acha que o movimento feminista também está perdendo força? Como você vê isso?

Rosalind - Penso que este momento de globalização das novas teorias econômicas liberais e dos capitais transnacionais, e, também de crescimento do fundamentalismo em todo o mundo, é um período difícil para todos os movimentos progressistas, o que inclui os movimentos das mulheres. Os movimentos feministas estão na defensiva, há muita pressão contra nós e isso tem tornado muito difícil crescer porque estamos apenas defendendo o que já temos. Para ser honesta, e só posso falar por mim mesma sobre isso, penso que os movimentos de mulheres em muitas partes do mundo estão mais fortes que nos Estados Unidos e Europa. É muito mais forte aqui no Brasil que no meu país. Porém, todos os movimentos de mulheres estarão em perigo de extinção a menos que se aliem a outros movimentos progressistas. Penso que esse ponto é crítico. Os grupos de direitos humanos, os grupos de desenvolvimento, os grupos organizados contra a Aids (os quais transcendem o movimento gay), os grupos de ambien-

talistas e os grupos que estão direcionando a hegemonia de instituições financeiras internacionais, como o Banco Mundial, FMI, USAID, têm que realmente construir alianças, não apenas falando sobre isso mas fazendo-o e começando a trabalhar juntos em ações e estratégias comuns.

Adusp - Esse é um dos principais pontos desta conferência. Quais são as outras questões que lhe parecem mais importantes nesta conferência?

Rosalind - Uma das principais questões é a globalização. Globalização do mercado, dos fundamentalismos, e, por outro lado, globalização dos nossos movimentos. E muitas pessoas têm falado sobre uma organização mais horizontal, ao invés de vertical, o que significa a formação dessas alianças em nível local, nacional e, também, internacional. Assim, em termos de estratégia, sim, penso que isto é algo importante nesta conferência. Um outro foco importante é como fazer com que as questões de sexualidade e reprodução, que parecem ser muito particulares e íntimas, sejam na verdade questões de desenvolvimento, sejam vistas como questões de desenvolvimento humano sustentável, parte da saúde, bem-estar e educação, os quais, por sua vez, são partes de qualquer desenvolvimento humano.

Adusp - Como você compara essa proposta de alianças horizontais com o fato de que os homens não são admitidos nesta

conferência e alguns deles que ou saram aparecer foram banidos?

Rosalind - Eu percebo a sombra de rancor em sua voz neste ponto e eu não deveria apenas ser defensiva para dizer que, como um dos membros do Comitê Consultivo Internacional da Conferência, acreditava que em 1997, estamos fortes o bastante em nosso movimento, para convidar homens que sejam aliados para a conferência. Mas fui derrotada. O que penso é que precisamos trabalhar juntos novamente, estabelecendo confiança mesmo em áreas de conflito, e isto é muito importante para as organizações de desenvolvimento, de direitos humanos, onde quer que estejam, nas quais os homens são maioria, para que isso possa ser alcançado não

apenas nos grupos de mulheres em geral, mas nos movimentos femininos de saúde em particular, não somente em solidariedade mas em comunhão sobre temas específicos. As ameaças ambientais são um tema importante onde podemos trabalhar juntos. O problema de economias distorcidas devido a ajustes estruturais é outro, certamente.

Adusp - A principal área onde homens e mulheres estão juntos é na reprodução. Então, por que não começar com a discussão conjunta sobre direitos reprodutivos? Não posso entender isso.

Rosalind - Talvez nessa arena, onde as mulheres têm algum controle, têm alguma autoridade, elas estejam receosas de perder. Isto

ÚLTIMA PESQUISA DE ROSALIND

O movimento feminista vem se distinguindo de outros movimentos políticos, por se alimentar fortemente de pesquisas de campo. Dessas pesquisas vão surgindo continuamente novos conhecimentos, modificando os conceitos básicos do movimento, que por isso estão em constante evolução. A última pesquisa coordenada por Rosalind Pethesky, através da IRRRG em sete países, tentou aferir o grau de consciência das mulheres sobre seus próprios

direitos reprodutivos, investigando de que forma as mulheres tentam controlar sua vida reprodutiva nas condições adversas que hoje prevalecem, tanto institucionais, como culturais e religiosas; que estratégias usam para tanto, e quais as principais diferenças de comportamento entre mulheres de meio urbano e rural, casadas e não-casadas, de diferentes etnias ou religiões, trabalhando fora ou não. Os principais resultados foram os seguintes:

- 1) As mulheres tentam controlar sua fertilidade e maternidade, mesmo não o conseguindo muitas vezes; para isso usam freqüentemente de técnicas de dissimulação e do segredo, por medo da violência doméstica ou de conflitos;
- 2) Sua principal justificativa para o exercício desses direitos reprodutivos é a de que são elas que sofrem a gravidez e as dores do parto, que vão amamentar e cuidar da criança, que terão a maior

pode ser verdade. Estamos determinadas a ficar abertas a isso. Mas penso que deveríamos começar realmente com pequenos diálogos locais e nacionais antes que esses encontros internacionais possam ser abertos. E é um bom item para a agenda desta conferência. E não me importo de introduzi-lo. De agora até o ano 2000, em cada uma de nossas áreas locais, em cada um dos nossos países, deveríamos começar a fazer tentativas de iniciar esses diálogos sobre qual é o papel dos homens na tomada de decisão sexual e reprodutiva. Deveríamos estar nos aliando, como eu disse antes, com o movimento contra a Aids, porque eles passaram por isso para estabelecer tal diálogo, portanto podemos aprender muito

com eles. O próprio movimento de mulheres está atrasado nesse aspecto. Penso que temos muito trabalho a fazer. Até o ano 2000, este deveria ser um encontro com muita participação masculina.

Adusp - Minha última pergunta: observo no mundo acadêmico paulista e brasileiro que entre os estudantes há muito pouco interesse em desenvolver estudos que utilizem um enfoque do gênero. Isto também ocorre na universidade americana? Por quê?

Rosalind - Sim. Tenho lecionado nos programas de estudos da mulher por cerca de 22 anos, e tenho visto grande mudança em meus estudantes. Tenho sempre dado aulas para as universidades públicas, o

que significa estudantes de renda mais baixa. Alguns deles são a primeira geração de suas famílias a frequentar a universidade e descobri, nos últimos anos, menos interesse em questões sexuais, parcialmente porque, nos Estados Unidos, as jovens estudantes sentem “já sabemos tudo isso, já somos iguais, vamos ser iguais em nossos trabalhos, não há problema. Eu jamais ficarei com um homem que não faça o trabalho doméstico nem cozinhe, eu não ficaria com um homem assim. Eu não ficaria em um trabalho onde fosse discriminada, não eu”. É somente quando entram no mundo do trabalho e também em relações mais íntimas de longa duração que começam a ver: “é, não é tão fácil”. E então encontramos estudantes mais velhas muito mais reativas. Em parte, isso tem a ver com experiência de vida. Em parte com uma superexposição, nos Estados Unidos, a um certo tipo de feminismo de consumo na mídia. Assim, todas pensam que são feministas mas que não têm que ser feministas porque, lá, isto já é ultrapassado, e isso é um grande problema para nós. Penso que uma vez que os estudantes comecem, mesmo que tenham um único e simples curso que encabece questões sexuais e um caminho dinâmico e poderoso, eles começam a mudar imediatamente... e é somente uma questão de conseguir essa exposição, e penso que os programas de estudos de mulheres podem ser muito subversivos e que certamente os professores masculinos podem desempenhar um papel importante realizando estudos sexuais na universidade. **RA**

SOBRE SEXUALIDADE

carga de trabalho e responsabilidade e não os maridos ou parceiros ou parentes e portanto elas tem o direito de tomar as decisões;

3) A religião exerce influência muito pequena não apenas nas decisões das mulheres terem ou não terem filhos, também nas suas justificativas éticas; mesmo em sociedades muito religiosas, como Brasil e Egito, as mulheres frequentemente imaginam um Deus misericordioso e compreensivo que

entende suas necessidades de abortar e as perdoa;

4) Em muitos ambientes a consciência e o poder da mulher sobre seus direitos reprodutivos são ampliados pelo fato de ter sua própria renda, de trabalhar fora do lar, e, em alguns casos, de pertencer a sindicatos ou grupos comunitários;

5) Na maioria dos países, especialmente no Brasil, Egito, México e Estados Unidos, as mulheres questionadas reclamaram de uma má

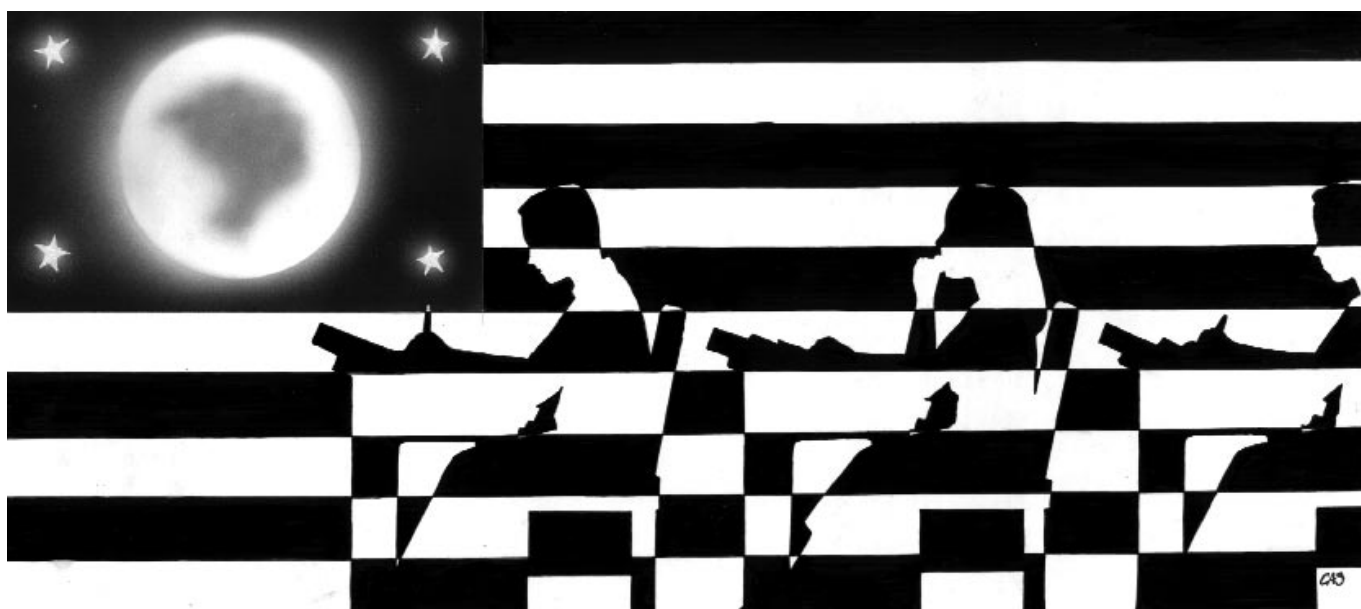
qualidade de vida, inacessibilidade e alto custo dos serviços de saúde, e do tratamento humilhante e desumano que recebem dos provedores de saúde;

6) Muitas das mulheres questionadas expressaram baixo grau de consciência dos direitos e até mesmo de desejo de ter prazer sexual; isso, em contraste com um alto grau de consciência do direito de não serem submetidas pelos maridos ao sexo não desejado ou violento.

CURSOS NOTURNOS

ESTUDO DOS EFEITOS PRÁTICOS DE UM DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL

Afrânio Mendes Catani, Romualdo Portela de Oliveira e Tamara F. Mantovani de Oliveira



O presente artigo constitui relato dos resultados de pesquisa que procurou investigar os efeitos práticos do artigo 253 da Constituição Estadual Paulista de 1989. Tal artigo, em seu parágrafo único, prescrevia que pelo menos um terço das vagas nas Universidades Públicas Estaduais seriam oferecidas no período noturno.

O objetivo da pesquisa foi recuperar o contexto do ensino superior no Estado de São Paulo, a tramitação do dispositivo na Constituinte Paulista, os efeitos produzidos na oferta de vagas pelas universidades estaduais, constatando-se, como conclusão, que há necessidade de ofertar mais 1.130 vagas nos cursos noturnos para se poder atender ao requisito constitucional.

Políticas educacionais

A partir da promulgação da Constituição Federal (CF) em 05/10/1988, iniciou-se o processo de elaboração das Constituições Estaduais (CEs), tendo um ano como prazo de promulgação, exceto os antigos territórios de Roraima e Amapá, elevados a Estados, cujo prazo para promulgação da respectiva Constituição Estadual foi dezembro de 1991.

Entre as preocupações educacionais contempladas nos textos constitucionais brasileiros desse período destaca-se a relativa ao ensino superior. A Constituição Federal, em seu artigo 207, estabelece que:

“as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

O parágrafo único do artigo 60 das Disposições Constitucionais Transitórias prescreve que:

“em igual prazo (dez anos) as universidades públicas descentralizarão suas atividades, de modo a estender suas unidades de ensino superior às cidades de maior densidade populacional”.

A Constituição Paulista foi promulgada em 5 de outubro de 1989 e, em seu capítulo sobre a educação, prevê no artigo 252 a constituição de um sistema próprio de ensino público superior. O artigo 253, por sua vez, define as normas para a organização deste sistema nos seguintes termos:

“A organização do sistema de ensino superior do Estado será orientada para a ampliação do número de vagas oferecidas no ensino público diurno e noturno, respeitadas as condições para a manutenção da qualidade de ensino e do desenvolvimento da pesquisa”.

O parágrafo único desse artigo dedica-se ao ensino noturno, especificando que:

“as Universidades públicas estaduais deverão manter cursos noturnos que, no conjunto de suas unidades, correspondam a um terço pelo menos do total das vagas por elas oferecidas”.

O legislador constitucional paulista procurou estabelecer no texto legal um padrão de expansão do Sistema Público de Ensino no Estado. Observe-se que tal padrão difere do tradicional e clientelístico processo de “estadualização” de escolas superiores, privadas ou fundações municipais, pelo governo do Estado (Cf. Helene e Oliveira, 1993).

A tramitação do dispositivo na AL

O deputado Tônico Ramos (PMDB), então presidente da Assembléia Legislativa, nomeou, em 09/05/1989, pela Resolução nº 668 (28/04/1989), os membros das “Comissões incumbidas de deliberar, respectivamente, sobre as emendas ao Anteprojeto e ao Projeto de Constituição”. Procuramos rastrear a tramitação na Assembléia Legislativa do que veio a ser o artigo 253 da Constituição de São Paulo e enfrentamos uma série de dificuldades, pois não há relatórios ou atas das atividades das Comissões. A parte final dos trabalhos realizou-se às pressas e o que se armazenou nos computadores foi apagado pela empresa que prestou serviços à Assembléia Legislativa, uma vez que esta não efetuou o respectivo pagamento pela tarefa desenvolvida. O Diário Oficial do Estado (D.O.E.) publicou na íntegra as emendas apresentadas, acompanhadas do parecer do relator.

Assim, ao que consta, o primeiro parlamentar a elaborar emenda ao Anteprojeto de Constituição relativa ao “caput” do que seria o artigo 253 foi Guiomar de Mello (PSDB) –Emenda 1294 (05/06/1989)–, incluindo a expressão “estabelecimentos públicos” a fim de explicitar a responsabilidade do Poder Público com a expansão do ensino superior. A redação original era a seguinte (art. 289): “A organização do sistema de ensino superior será orientada para a ampliação do número de vagas nesse nível ...”. Outras emendas se dedicaram a esse “caput”, a saber: emenda 1933 (08/06/1989), Guiomar de Mello; Emenda 2652 (08/06/1989), Luiz Furlan e Inocêncio Erbella (ambos do PFL); Emenda 3583 (09/06/1989), Osmar Thibes (PMDB) e emenda 4413 (09/06/1989), Mauro Bragato (PMDB).

Por sua vez, a Emenda 2084, de Wagner Rossi (PMDB) (D.O.E., 10/06/1989), acrescentou ao artigo 289 do Anteprojeto, o seguinte parágrafo único:

“As Universidades Públicas Estaduais deverão manter cursos noturnos que, no conjunto de suas unidades, correspondam a pelo menos 1/3 do total das vagas por elas oferecidas”.

A justificativa do deputado foi assim expressa: *“São conhecidas as imensas dificuldades dos jovens oriundos das camadas populares de conseguirem ingresso nas Universidades Públicas. Esse processo de exclusão perversa se reforça na medida em que a grande maioria das vagas oferecidas pelas Universidades Públicas são nos períodos diurnos, agravando as dificuldades dos jovens que necessitam trabalhar para prover a própria subsistência. Por outro lado, considerando que os equipamentos básicos para o oferecimento de cursos noturnos já estão disponíveis nas UPs –prédios, bibliotecas, laboratórios, salas de aula, corpo administrativo etc.–, certamente os custos adicionais para a sua implementação serão grandemente reduzidos”.*

Assim, o artigo 253 recebeu a redação final já transcrita que obriga as universidades estaduais paulistas a oferecer pelo menos um terço de suas vagas no período noturno.

Os governos Orestes Quércia (1987-1990) e Luiz Antônio Fleury Filho (1991-1994), reconhecendo a carência de vagas no ensino superior público do Estado de São Paulo, direcionaram sua política de ampliação através da “estadualização” de Universidades privadas: a Universidade de Bauru foi incorporada à Unesp no governo Quércia, enquanto a Faculdade de Engenharia Química de Lorena e as Faculdades de Medicina de Marília e São José do Rio Preto o foram na gestão Fleury, na qualidade de unidades isoladas. Deve-se mencionar, ainda, a existência, já em 1994, de 64 pedidos de estadualização de escolas superiores junto ao Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp).

Segundo Helene & Oliveira, o principal motivo:

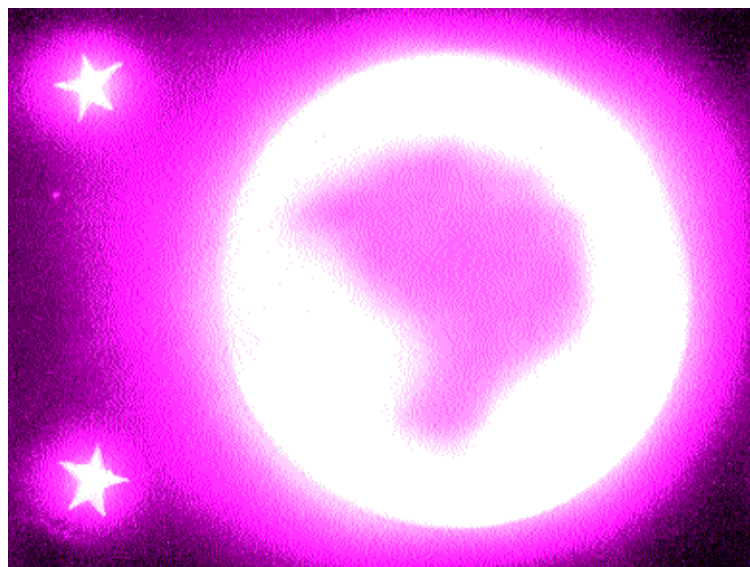
“(...) que leva o governo estadual a realizar tais processos de estadualização é a constatação de que a promessa e a efetiva instala-

ção de uma Instituição de Ensino Superior Pública em uma cidade do interior paulista é um importante ato de legitimação política. Da mesma forma que nos anos 50 os políticos populistas se legitimavam com a expansão da rede pública de ensino de 1º e 2º graus, a partir dos anos 70 a aspiração de amplos setores da população, em termos educacionais, transferiu-se para o terceiro grau, uma vez que a ditadura militar realizou um processo de expansão do ensino público muito inferior à ocorrida no conjunto do ensino superior do período (...) que, em especial no Estado de São Paulo, calcou-se na ampliação das vagas no ensino particular” (1993:27).

Os efeitos do artigo 253

O passo seguinte da pesquisa foi verificarmos a evolução na oferta de vagas, particularmente no período noturno, nas três universidades estaduais paulistas: a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade de Campinas (Unicamp) e a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”(Unesp).

Os resultados obtidos são apresentados a seguir, a partir das informações constantes dos “Manuais de Candidatos” aos vestibulares das três universidades no período 1989-1996, elaborado pelas três entidades responsáveis pelos vestibulares aos cursos da USP,



Unicamp e Unesp, respectivamente, Fuvest, Coordenadoria Executiva dos Vestibulares da Unicamp e Vunesp. As informações relativas ao ano de 1989 registram a situação imediatamente anterior à promulgação

da Constituição Estadual e serve, portanto, como referência para comprovarmos os seus efeitos práticos.

USP

Na USP, a conseqüência imediata do dispositivo Constitucional pode ser sentida pela Resolução 3.731, de 04/09/1990, do Reitor:

“Art. 1º - Cada um dos Campi da USP deverá criar vagas em cursos noturnos que, no conjunto de suas Unidades, correspondam a pelo menos um terço do total das vagas por elas oferecidas em cursos de graduação. Art. 2º - No prazo máximo de um ano, deverão ser elaborados, pelos Campi do Interior, projetos relacionados à instalação de cursos noturnos. Parágrafo Único - Na medida em que os projetos forem considerados tecnicamente viáveis e aprovados pelo Conselho Universitário, eles serão implantados, desde que seja assegurada sua viabilidade econômica”.

A USP mantinha, em 1989, sete campi, em São Paulo, Bauru, Piracicaba, Pirassununga, São Carlos, Ribeirão Preto e Cubatão, sendo que, até 1993, apenas o campus da capital oferecia vagas em cursos noturnos, quando São Carlos e Ribeirão Preto passaram a oferecer vagas no período noturno. Observando-se os seguintes percentuais para

Evolução da oferta de vagas na USP

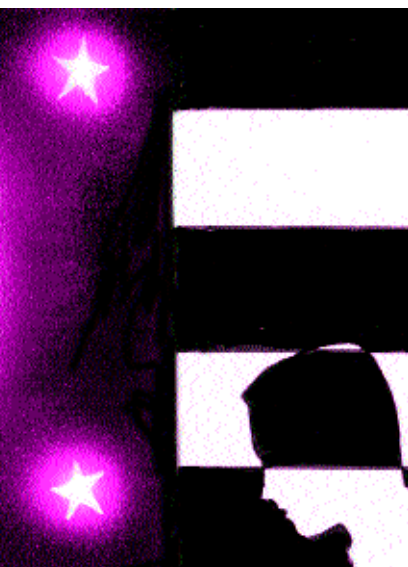
	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Diurno	4911	4958	4933	4723	5018	4863	4873	4893
Noturno	1861	1844	1844	1844	2029	2029	2029	1969
Total	6722	6802	6777	6567	7047	6892	6902	6862
% not	27,48	27,11	27,21	28,08	28,79	29,44	29,40	28,69

o campus da capital: 1989 (34,01%); 1990 (33,67%); 1991 (33,67%); 1992 (33,73%); 1993 (33,60%), 1994 (33,45%), 1995 (33,45) e 1996 (32,61) –ou seja, sempre mantendo-se bem próximo da exigência legal.

Para o período analisado (1989-1996), a distribuição global das vagas na USP foi a da tabela acima.

Uma série de processos se iniciou com a finalidade de cumprir a exigência constitucional, mas somente nos Campi de Ribeirão Preto e São Carlos começaram a funcionar cursos noturnos, ambos em 1993. Foi criada a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade em Ribeirão Preto, com 40 vagas em cada um desses três cursos perfazendo um total de 120 vagas (120 sobre um total de 550, isto é, 21,82%). Em São Carlos, junto ao Instituto de Física e Química, abriram-se as 40 vagas (licenciatura) do Curso de Ciências Exatas (40 sobre 410, ou seja, 9,75% de vagas noturnas). Junto à Reitoria, tramitam processos solicitando a abertura de cursos noturnos em Ribeirão Preto (Licenciatura em Física e Habilitação em Química Tecnológica) e em Piracicaba (Nutrição, na Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”).

Levando-se em conta a oferta de vagas de 1996, para cumprir o dispositivo constitucional, a USP deveria ofertar mais 478 vagas no período noturno, partindo-se do pressuposto que não seriam suprimidas vagas no período diurno. A forma de calcular este déficit é: $(n^{\circ} \text{ total de vagas atualmente oferecidas} + \text{número de vagas noturnas a serem oferecidas})/3 = (\text{número de vagas noturnas a serem oferecidas} + n^{\circ} \text{ de vagas noturnas atualmente oferecidas})$. Para o caso da USP, seria $(6862 + x)/3 = (x + 1969)$, cujo resultado é 477,5 vagas. O cálculo vem de $(1990 + x)/3 = (x + 525)$, cujo resultado é 207,5 vagas. O resultado apresentado é fruto da resolução da equação: $(4347 + x)/3 = (1153 + x)$.



Unicamp

A Unicamp tem três campi, localizados em Campinas, Piracicaba e Limeira. Até 1988, só oferecia no período noturno três cursos tecnológicos no campus de

Limeira (Centro Superior de Educação Tecnológica), a saber: Construção Civil (Edifícios), Construção Civil (Obras de Solos) e Tecnologia Sanitária (Saneamento), com 30 vagas em cada um (total: 90 vagas no noturno). Nesse mesmo ano de 1988, o campus de Campinas passou a oferecer a sua primeira opção noturna: o curso de Licenciatura em Matemática (45 vagas). Posteriormente, a seqüência da criação de vagas noturnas nos vários cursos foi a seguinte:

1991 - Pedagogia (30 vagas); ampliação das vagas dos três cursos de Tecnologia para 45, perfazendo um total de 135;

1992 - Engenharia Química (30); Física (30); Engenharia Elétrica (30); Tecnologia em Processamento de Dados (45); Ciências da Computação (30); Engenharia de Alimentos (30); Educação Física (50) e Ciências Sociais (30);

1993 - Ciências Biológicas (40).

Dessa forma, a evolução da oferta total de vagas no período estudado nesta pesquisa, para a Unicamp, foi a da tabela acima.

Da mesma forma como fizemos para a USP, para cumprir o dispositivo constitucional a Unicamp deveria oferecer mais 208 vagas.

Unesp

A Unesp possui 15 campi, distribuídos em várias localidades do Estado, a saber: Araçatuba, Araraquara, Assis, Bauru, Botucatu, Franca, Guaratinguetá, Ilha Solteira, Jaboticabal, Marília, Presidente Prudente, Rio Claro, São José dos Campos, São José do Rio Preto e São Paulo. Em 1989, oferecia 1575 vagas (32,31%) no período noturno em nove de seus campi. Na passagem de 1989 para 1990, extinguiu 455 vagas noturnas do campus de Bauru,

Evolução da oferta de vagas na Unicamp

	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Diurno	1550	1570	1470	1460	1465	1465	1465	1465
Noturno	135	135	210	485	525	525	525	525
Total	1685	1705	1680	1945	1990	1990	1990	1990
% not	8,01	7,92	12,50	24,94	26,38	26,38	26,38	26,38

que havia sido incorporado havia pouco tempo. Por outro lado, nos anos seguintes, criou vagas noturnas em outros campi:

1991 -10 em Química (Licenciatura, ampliadas para 20, em 1992), em Araraquara e outras 10 em Serviço Social (Franca).

1993 - Direito, em Franca (15 vagas): Física, Licenciatura, 10 vagas (Guaratinguetá); Pedagogia, Licenciatura, 10 vagas (Presidente Prudente);

1994 - Biológicas, Licenciatura, 10 vagas, (Bauru).

A distribuição entre os períodos diurno e noturno no período analisado está na tabela da página 45.

Da mesma forma como fizemos para as demais universidades, a Unesp para cumprir o dispositivo constitucional deveria oferecer mais 444 vagas no período noturno.

Conclusões

O dispositivo Constitucional analisado é uma forma concreta de expansão, a baixo custo, da oferta de vagas do ensino superior público no Estado, sendo um instrumento democratizador do ensino de terceiro grau para o aluno trabalhador. Além disso, o cumprimento deste dispositivo otimiza a utilização dos recursos públicos nas universidades estaduais, incidindo, portanto, no atual debate sobre a avaliação do ensino superior.

Tal expansão, segundo o Texto Federal, deveria direcionar a oferta de vagas às regiões de maior densidade populacional (no caso, para a Baixada Santista e para a região do ABC).

A Unicamp, apesar de se situar aquém do estabelecido pela Constituição Paulista, ampliou significativamente sua oferta de vagas noturnas, devendo oferecer, ainda, 208 vagas no período noturno.

A USP, embora também não cumpra o referido dis-

Evolução da oferta de vagas na Unesp

	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Diurno	3300	3088	3060	3046	3101	3101	3116	3194
Noturno	1575	1120	1180	1150	1175	1185	1195	1153
Total	4875	4208	4240	4196	4276	4286	4311	4347
% not	32,31	26,62	27,83	27,41	27,48	27,65	27,72	26,52

positivo, experimentou, nos primeiros anos de vigência da Constituição paulista, um incremento na oferta de vagas noturnas, tendo, entretanto, estacionado a oferta em 1993. Além disso, em 1996 diminuiu a oferta noturna em 60 vagas. Para cumprir a legislação, a USP deveria oferecer mais 478 vagas no período noturno.

A Unesp, após a redução drástica da oferta em 1990, reiniciou um aumento da oferta de suas vagas noturnas, apenas com um diminuição localizada de 1991 para 1992, e uma diminuição, em números relativos, de 1995 para 1996.

A maior parte das vagas noturnas oferecidas pela USP e pela Unesp concentra-se na área de Humanidades, isto é, cursos “mais baratos” e socialmente menos valorizados, enquanto a Unicamp privilegiou as carreiras de exatas e tecnológicas.

Particularmente na Unicamp:

“(...) a partir de estudos realizados pela Comissão Nacional de Vestibulares/Unicamp sobre o perfil dos alunos de graduação da Universidade, [cujas conclusões] afirmam ser uma minoria o percentual de alunos trabalhadores presentes nos cursos noturnos da Universidade, alguns passaram a defender o fim desses cursos. Essa defesa é feita sob o argumento de que por não ter alterado o perfil do aluno que normalmente estuda na Unicamp, o curso noturno perdeu sua função social e, por isso, não justifica mais a sua existência.” (Zan, 1996:12)

A Universidade pública brasileira tem sofrido um contínuo processo de elitização nas últimas décadas, tendência esta mais acentuada no caso das estaduais paulistas. Entretanto, boa parte das causas desse processo encontra-se no sucateamento da escola pública de primeiro e segundo graus. Dessa forma, se

aceitássemos o argumento da ineficiência dos cursos noturnos para reduzir a elitização da universidade e, a partir daí, passássemos a defender a sua extinção, com muito mais razão deveríamos de-

fender a extinção dos cursos diurnos, sabidamente mais elitizados que os noturnos. Além disso, outro estudo realizado por Lara Bezzon (1995), na própria Unicamp, constatou que:

“(...) os cursos noturnos, na sua maioria, figuram entre os que apresentam uma menor elitização quanto aos alunos que o frequentam.” (apud Zan 1996:12)

As três universidades estaduais paulistas têm cerca de 11 mil professores, 30 mil funcionários (8 mil na área de saúde hospitalar) e 100 mil alunos (70 mil em cursos de graduação e 30 mil em pós-graduação). Assim, acreditamos que este é o momento para discutirmos a melhor utilização dos recursos públicos nela investidos, com a finalidade de aprimorar e ampliar os serviços que elas oferecem, evitando-se a lógica “racionalizadora” –que implica a retração da oferta– tão presente nas ações de boa parte dos administradores das três instituições.

A oferta de mais 1.130 vagas no período noturno pelas três universidades estaduais paulistas representaria mais que o dobro da oferta noturna atual da Unicamp, praticamente a oferta noturna atual da Unesp e pouco mais do total de vagas noturnas oferecidas pela USP.

O imediato cumprimento do dispositivo constitucional previsto no parágrafo único do artigo 253 da Constituição paulista representaria uma real ampliação das oportunidades de escolarização superior para a população.

Afrânio Mendes Catani e Romualdo Portela de Oliveira são professores na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Tamara F. Mantovani de Oliveira é aluna na Faculdade de Educação da USP e bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - CNPq/USP.

OS ELETRÔNICOS E O FUTURO OBSCURO DA UNIVERSIDADE

Eli M. Noam



Atualmente, todos têm conhecimento do tremendo avanço em redes de computador como instrumentos de pesquisa; da livre comunicação entre pesquisadores em todo o mundo; da queda da sufocante hierarquia organizacional e dos controles governamentais coercivos; e da ética de compartilhamento de informações em vez da comercialização delas. A tecnologia, parece, criou uma série de novos instrumentos para os esforços acadêmicos, fortalecendo e enriquecendo o ambiente de pesquisa existente.

Partes deste excitante cenário estão realmente tornando-se realidade. Seria ingenuidade concluir que a aldeia acadêmica global é apenas ganho e nenhuma dor (apesar, talvez, de precisar se proteger contra uns poucos imaturos mas criativos jovens). Na verdade, a tecnologia de comunicações conectará as fontes de informação do globo. Mas, enquanto alguém conecta os novos caminhos, outro alguém desconecta os velhos. E, enquanto as novas tecnologias de comunicação são convenientes e adequadas para reforçar a pesquisa, elas também causam o enfraquecimento das principais instituições tradicionais de ensino, as universidades. Ou seja, em lugar de prosperar com os novos instrumentos, muitas das funções tradicionais das universidades serão abandonadas, sua base financeira erodida, sua tecnologia substituída, e seu papel na pesquisa intelectual reduzido. Este não é um panorama animador para a educação de nível superior.

A atividade acadêmica, vista sem paixão, consiste basicamente de três elementos: (1) criação de conhecimento e avaliação de sua eficácia; (2) preservação do conhecimento, e (3) transmissão deste conhecimento para outros. A realização de cada uma dessas funções baseia-se em aspectos tecnológicos e econômicos. Junto com fatores históricos e políticos, elas dão origem às instituições. Mude a tecnologia e a economia, e as instituições, eventualmente, mudarão.

A velha direção dos fluxos de informação

As instituições de informação tiveram início cerca de 5.000 a 8.000 anos atrás, quando, em diferentes locais em todo o mundo, sacerdotes emergiram como produtores e preservadores especializados de informação. Coletivamente, eles foram também os principais “armazenadores” de informação de suas sociedades. Como a confiança na memória individual ou grupal para transmitir informação através do tempo e do espaço era ineficiente, surgiram métodos de registro. Escritores tiveram de ser treinados, e as escolas surgiram. Escrever, por sua vez, levou à criação de instituições formais de armazenamento de informações. Sob o reinado do rei assírio Assurbanipal (668 a 627 a.C.), a biblioteca real em Nínive acumulava mais de 10.000 trabalhos. Documentos eram organizados por assunto, tais como leis, medicina, história, astronomia, biografia, religião, comércio, len-

das e hinos, cada um em uma sala separada. Homens sábios reuniam-se nessa biblioteca para usar a informação e para aumentá-la. Não há dúvida de que eles também discutiam entre si e eram cercados por discípulos. Portanto, conhecimento e pesquisa já estavam sendo organizados de maneira surpreendentemente similar aos departamentos acadêmicos da universidade de hoje.

Este modelo —informação armazenada de forma centralizada, cientistas vindo para buscar a informação, e um largo espectro de assuntos abrigados sob um teto institucional— era lógico quando a informação era escassa, a reprodução de documentos era dispendiosa e restrita, e o nível de especialização era baixo. Tornou-se também o modelo para a mais formidável das instituições de ensino e conhecimento da antiguidade, a Grande Biblioteca de Alexandria. No seu auge, a biblioteca reunia aproximadamente 700.000 volumes, e era mais reconhecida em seu papel de biblioteca do que em seu papel de universidade graduada. Desde o início, Ptolomeu I Sóter e seu bibliotecário Demetrius recrutaram alguns dos mais notáveis filósofos da cultura helenística, como o matemático Euclides, para o que foi chamado o “museu”. Esses filósofos eram cercados por discípulos e aprendizes. Novamente, o modelo era similar. Mais filósofos acorreram para as instituições de armazenagem de informação e produziram, colaborativamente, ainda mais informação, atraindo mais estudantes.

A nova direção dos fluxos de informação

Este sistema de educação superior permaneceu marcadamente estável por mais de 2.500 anos. Agora, entretanto, enfrenta um processo de colapso. A razão não é principalmente tecnológica: a tecnologia simplesmente permite que mudanças ocorram. A razão fundamental é que a atual produção e distribuição de informação estão minando o fluxo tradicional de informação e com ele a estrutura tradicional da universidade, deixando-a pronta para desmoronar em câmara lenta uma vez que as alternativas para sua nova função tornem-se possíveis.

Muitos ramos da ciência mostram um crescimento exponencial de cerca de 4% a 8% ao ano, com um período de duplicação de 10 a 15 anos. Como ilustração dessa tendência, a publicação *Chemical Abstracts* levou 31 anos (1907 a 1937) para publicar seu primeiro milhão de abstrações; o segundo milhão levou 18 anos; o mais recente milhão levou somente 1,75 ano. Desse modo, mais artigos sobre química têm sido publicados nos últimos dois anos que durante toda a história anterior a 1900.

A resposta das organizações para o aumento no volume de informações tem sido melhorar a capacidade de processamento por vários meios, tais como melhor educação, maiores equipes, reorganização interna e investimento em tecnologia. A principal estratégia, entretanto, tem sido aumentar a especialização. Quando o corpo de

conhecimentos cresce, campos de expertise evoluem para segmentos cada vez mais estreitos.

A inexorável especialização científica significa que mesmo universidades de pesquisa não podem abranger todas as áreas de interesse em face da expansão do universo de conhecimento, a menos que suas equipes de pesquisa cresçam mais ou menos à mesma taxa que a produção dos especialistas, dobrando a cada cinco a dez anos. Isto não é sustentável nem econômica nem or-

O transporte aéreo estabeleceu o professorado a jato. As comunicações eletrônicas estão agora criando novas comunidades científicas eletrônicas em resposta à necessidade elementar de colaboração intelectual.

ganizacionalmente, nem permite a existência de pequenas universidades de elite. Como resultado, as universidades não cobrirão mais uma ampla variedade de conhecimento. Elas poderão ofertar muitas das principais disciplinas acadêmicas (o que quer que isso signifique), mas somente numa quantidade limitada das numerosas sub-especialidades. Pela mesma razão, muitos expertises encontram cada vez menos colegas com especialização semelhante em seus próprios campi para fins de complementaridade de trabalho. Ao invés disso, cresce a

interação de especialistas distantes entre si mas com interesses similares, ou seja, mais no campo profissional que no físico.

Nada disso é novo, claro! Enquanto a pressão por especialização de informação à distância tem crescido, também crescem os meios de tornar os colégios invisíveis a principal afiliação. O transporte aéreo estabeleceu o professorado a jato. As comunicações eletrônicas estão agora criando novas comunidades científicas eletrônicas em resposta à necessidade elementar de colaboração intelectual. Ironicamente, é a universidade que paga pela conectividade da rede que ajuda seus especialistas residentes a mudar o foco de sua atenção para o mundo externo –ou, no jargão das comunicações eletrônicas, juntar comunidades virtuais no ciberespaço. Enquanto isto acontece –estamos apenas no início da tecnologia conveniente– a vantagem da proximidade física dos acadêmicos nas universidades declina acentuadamente.

A segunda função da universidade é o armazenamento da informação. Tem sido dito que uma universidade é tão forte quanto sua biblioteca. Mas aqui, também, considerações econômicas e tecnológicas mudam tudo. Enquanto a produção dos estudiosos aumenta exponencialmente, assim também aumenta o custo de aquisição e referência. Por exemplo, em 1940, uma assinatura anual da *Chemical Abstracts* custava \$12; em 1977, era \$3.500; e em 1995, \$17.400. Como as coleções de biblioteca abrangentes têm se tornado financeiramente proibiti-

vas, as alternativas eletrônicas tornaram-se poderosas em sua capacidade de armazenagem, conteúdo de amplo espectro e eficiência em recuperação. Portanto, as universidades estão gradualmente mudando de investimento na presença física da informação para a criação de acesso eletrônico. É uma resposta lógica e enfraquece o papel fundamental da universidade como repositório de informação especializada. Em breve, a combinação de laptop com linha telefônica servirá a este propósito tão bem –e frequentemente melhor– em qualquer lugar, a qualquer tempo.

A terceira função da universidade é a transmissão de informação, isto é, seu papel de ensinar. É difícil imaginar que o atual sistema de aulas de baixa tecnologia sobreviverá. A interação estudante-professor já está sob stress como resultado do crescente abismo entre ensino básico e pesquisa especializada, e vem acompanhada de um alto preço. Concretizadas as tecnologias instrucionais alternativas e sistemas de credenciamento, haverá uma migração para fora da clássica educação superior baseada em campus. Os instrumentos para isso poderiam ser servidores de vídeo com palestras de cientistas e estudiosos proeminentes; acesso eletrônico a materiais de leitura e exercícios de estudo interativos; interatividade eletrônica com faculdades e assistentes de ensino; livros de hipertexto e novas formas de experienciar conhecimento; conferência por computador e vídeo e programas de tradução de idiomas. Mes-

mo sendo verdade que as vantagens dos meios eletrônicos de ensino têm sido absurdamente exageradas, o ponto não é que eles sejam superiores ao ensino face-a-face (apesar de que este último é frequentemente romantizado). O ponto é que eles podem ser oferecidos a custos dramaticamente mais baixos. Um currículo, uma vez criado, poderia ser oferecido eletronicamente não apenas a centenas de alunos das proximidades, mas a dezenas de milhares em todo

*Um currículo,
uma vez criado,
poderia ser oferecido
eletronicamente não
apenas a centenas
de alunos das
proximidades, mas
a dezenas de milhares
em todo o mundo.*

o mundo. Isto seria fornecido por universidades em busca de renda adicional em um período de declínio da demanda, embora provavelmente isso não aconteça de início com as escolas de elite, as quais mantêm seu valor de raridade.

A educação eletrônica à distância já está disponível para uma grande quantidade de atividades educacionais através das tecnologias de radiodifusão, cabo, on-line e satélite. Tais formas de ensino apelam para estudantes motivados com empregos de tempo integral, obrigações familiares, mobilidade limita-

da, moradia distante e necessidade de cursos especializados. Um exemplo é a Agricultural Satellite Network (AgSat), que permite a vinte e quatro colégios agrícolas intercambiar suas ofertas de curso e reduzir duplicidade. Tais esforços por redução de custos não serão, provavelmente, bem recebidos pelos beneficiários do ensino de baixa tecnologia, as faculdades, as quais finalmente definem a missão e estrutura de suas instituições e mostram-se tão resistentes a mudanças quanto qualquer outra profissão.

De qualquer modo, os mais recentes provedores de um currículo eletrônico não serão universidades (elas simplesmente “quebrarão o gelo”) mas, sim, empresas comerciais. Editores de livro implantarão sofisticados cursos eletrônicos, ministrados pelos mais eficazes e prestigiados palestrantes. No momento, os custos de ensino nas universidades privadas estão próximos de US\$ 50 por hora/aula por estudante, sem contar o apoio público e filantrópico que as universidades recebem, ou os custos de cursos de oportunidade.

Com tais preços de “show da Broadway”, os fornecedores alternativos ingressarão inevitavelmente no mercado de educação eletrônica. Os estudantes de hoje, se buscam empregos de prestígio ou profissões de acesso restrito, geralmente não têm outra escolha que não seja cursar uma universidade. Entretanto, esta é uma base de sustentação frágil para a universidade –apoiar sua existência na legalidade ou na raridade– tão frágil

quanto os controles de seus porteiros sobre a entrada e saída de pessoas autorizadas e quanto a aceitação pública de credenciais alternativas. Quando este apoio enfraquece, podemos bem ver no futuro certificados ou graduações “Universidade McGraw-Hill”, exatamente como programas de graduação in-house oferecidos por algumas companhias. Se esses programas forem valorizados por empregadores e pela sociedade em prol da qualidade dos estudantes admitidos, do conhecimento que os estudantes adquirem, e dos requisitos que os estudantes devem preencher para se graduar, esses programas poderão competir com muitas universidades tradicionais, sem ter de suportar a despesa substancial das instituições físicas. É provável que editores comerciais criem pacotes de ensino eficazes e atualizados, fazendo o currículo tradicional das universidades parecer estúpido, assim como “Sesame Street” aumentou as expectativas de alunos para um estilo instrucional animado. Já está disponível em vídeo as “Melhores palestras dos professores superstar da América”, distribuídas por uma companhia que se divulga como “sua própria universidade particular, composta exclusivamente por um ‘dream team’ dos melhores professores da América”. Graduações são garantidas pelo complexo eletrônico International University College, associado da grande TV a cabo, Jones Intercable. A mesma companhia também oferece cursos em seu canal Universidade de Expansão da Mente, que recebe crédito

dos programas de graduação de dezenas de colégios.

Fornecedores comerciais oferecerão principalmente ensino profissionalizante e cursos de graduação. Ao mesmo tempo, alguns dos colégios invisíveis de especialistas interligados, hoje caracterizados por uma informalidade não gerenciável, serão transformados em departamentos virtuais mais estruturados que poderão oferecer credenciais de graduação, especialização, socialização e aprendizagem, enfraquecendo, assim, também esses papéis das universidades.

Evidentemente, uma outra razão para freqüentar uma universidade é participar de um rito de passagem para a vida adulta e para a rede de relações sociais a ela inerente. Embora este seja um importante aspecto da experiência universitária, ele poderia ser vivido de outras maneiras –como era nos milhares de anos que precederam o acesso massivo às escolas– e sempre em locais e climas mais atraentes.

Se a dominância da universidade sobre a educação superior falhar, sua fundação econômica será erodida. Nestes tempos de pressões orçamentárias, muitas das universidades não poderão compensar as perdas com aumento de verbas públicas. O papel do setor privado terá que crescer a fim de abastecer e manter o sistema existente. As doações particulares tendem a cair, isto se houver alguma, com a redução do papel central da universidade em pesquisa e ensino e com a crescente desilusão sobre a capacidade da educação de nível superior de resolver problemas da sociedade.

O impacto sobre a universidade

Os problemas que afetam as universidades não serão uniformes. Na área de ensino, o impacto mais negativo será sobre a educação profissionalizante e a massa de graduandos, e sobre os campos avançados e altamente especializados. Os menos afetados serão os programas de contato intensivo, tais como o estudo de artes liberais seletivas e tutoriais (especialmente se estão apoiadas por doações substanciais), assim como treinamento de habilidades que requeiram metodologia de multiplicação e retorno, e pequenos mas estáveis campos de estudos graduados que não são lucrativos para fornecedores comerciais.

Na área de pesquisa, os menos afetados serão os campos que não experimentam crescimento e especialização substanciais, e onde pesquisadores partilham um forte núcleo. (Eles serão financeiramente pressionados, porém, pela perda de subsídios que eram mantidos pelos antigos esquemas de doações da Universidade). Mais afetada será a pesquisa altamente especializada, na qual se manter atualizado é crítico. Isto não quer dizer que equipes de exigentes pesquisas e equipamentos compartilhados não estarão alocados no campus; quer dizer que serão basicamente conectados a outras unidades estejam onde estiverem – na universidade, na indústria e no governo. A universidade existirá então como uma espécie de central de escritório de unidades semi-autônomas, cada uma responsável

por sua própria gestão financeira. A administração das universidades provavelmente será ainda mais descentralizada que hoje, e parcialmente gerida à distância por equipes de telecomunicação e terceiros especializados.

O papel futuro da universidade

Ao apresentar este panorama desolador para o futuro da universidade, posso parecer um outro sombrio economista ou fatalista tecnológico, e é fácil pedir uma resposta que reafirme a importância da educação de qualidade, dos valores acadêmicos, do papel histórico da educação no crescimento pessoal, e da necessidade humana de livre intercâmbio. Tais argumentos são corretos, podem fazer alguém sentir-se bem, mas estão fora de foco. A questão não é se universidades são importantes para a sociedade, para o saber, ou para seus membros – elas são! – mas, sim, se a fundação econômica do atual sistema pode ser mantida e sustentada em face do alterado fluxo de informação trazido pelas comunicações eletrônicas. Não é pesquisa e ensino que estarão sob pressão – eles serão mais importantes que nunca – mas, sim, sua estrutura instrucional, o sistema da universidade. Para ser culturalmente importante é necessário (espera-se) mas, infelizmente, não suficiente, um apelo maior aos recursos públicos e privados. Podemos lamentar isso, mas não podemos negá-lo.

Este cenário sugere uma mudança de ênfase para as universidades. Real ensino e aprendizado é

mais que informação e sua transmissão. A educação é baseada em monitoração, internalização, identificação, definição de papéis, orientação, socialização, interação e atividade em grupo. Nesses processos, a proximidade física desempenha um importante papel. Assim, a força da universidade física do futuro está menos em informação pura e mais em escolas como uma comunidade; menos em palestras vendidas por atacado e mais em acompanhamento individual; menos em cibernética e mais em escolas de contato pessoal. Tecnologia aumentaria, não substituiria, e forneceria novos instrumentos para fortalecimento da comunidade no campus, mesmo depois da graduação. Em pesquisa, a força da universidade física está em estabelecer ilhas internas de excelência que se beneficiariam da complementaridade da proximidade física. Isto exige o ativo gerenciamento de prioridades, e um significativo desempacotamento das funções de pesquisa, credenciamento, ensino e zeladoria. Na validação da informação, a universidade tornar-se-á mais importante que nunca. Com o crescimento explosivo na produção de conhecimento, a sociedade requer confiáveis guardiões de informação, e tem confiado algumas dessas funções às universidades e seus especialistas residentes, não a redes de informação. Mas salvar a credibilidade desta função exige que as universidades sejam vigilantes contra tentações de autocomercialização e autocensura.

As ameaças às universidades podem não surgir da noite para o dia, mas certamente chegarão. As

pessoas freqüentemente superestimam o impacto da mudança a curto prazo, mas também o subestimam a longo prazo. Elas lembram que as primeiras promessas sobre o potencial da radiodifusão como um instrumento de educação à distância não se concretizaram, e agora acreditam que mesmo um meio interativo profundamente mais eficaz terá o mesmo destino, para sempre. As forças fundamentais no trabalho não podem ser ignoradas. Elas são a consequência de uma reversão na direção histórica do fluxo de informação. No passado, as pessoas vinham à informação, que estava armazenada na universidade. No futuro, a informação irá às pessoas, onde quer que elas estejam. Qual então é o papel da universidade? Será mais que uma coleção de funções físicas remanescentes, tais como laboratório de ciências e time de futebol? O impacto dos eletrônicos sobre a universidade será como o da impressão na catedral medieval, terminando seu papel central na transferência de informação? Teremos nós atingido o fim da linha de um modelo que remonta a Nínive, mais de 2.500 anos atrás? Podemos nós auto-reformar a universidade, ou devem as coisas, primeiro, ficar muito piores?

Eli M. Noam é professor de Finanças e Economia e diretor da Columbia Institute for Tele-Information, Graduate School of Business, da Columbia University, em New York. Este artigo foi publicado originalmente na revista Science, vol. 270. Tradução: Telma Regina Matheus e Jane M. Menezes



CRIATIVIDADE NA SOCIEDADE DE CONSUMO

Maria Elisa Marcondes Helene

A moderna civilização industrial se desenvolveu dentro de um certo sistema de mitos convenientes.

As forças motoras da moderna civilização industrial têm sido os ganhos materiais individuais que nós aceitamos como legítimos.

*Noam Chomsky, lingüista,
Manufacturing Consent, parte 2, 1992.*

A criatividade é uma característica do ser humano, a qual parece sem espaço para ser posta em prática numa sociedade de consumo, onde a criação segue as necessidades do mercado: a forma de produção é a da linha de montagem e o conteúdo criado se dirige para as partes desmanteladas dos setores das sociedades humanas.

Em nossa sociedade moderna urbana e industrial, a criação é enclausurada pelas estruturas de controle social, o que permite a manutenção do poder e sua influência. A compreensão dessas estruturas – como elas funcionam e quais são suas mais importantes instituições – é vital para a luta em favor da liberdade de criação.

Em nossos dias, a criatividade se manifesta dentro dos moldes da sociedade em que vivemos, muito diferentes dos moldes daquela na qual foi desenvolvida a tecnologia que nos trouxe onde estamos. Processos importantes ocorreram nas sociedades dos séculos XVII, XVIII e XIX para que chegássemos ao século XX com a disposição de construir uma sociedade de consumo. Esses processos incluem alterações na organização da sociedade e nos papéis desempenhados pelas pessoas e pelas instituições. Juntos, esses processos são chamados de enclausuramento, nome dado por ambientalistas de várias partes do mundo (Ecologist, 1992). O termo vem do inglês, “enclosure”, que significa “cercar”.

O enclausuramento

O enclausuramento subordina todas as manifestações do ser humano. É um processo combinado que afeta a natureza e a cultura, o lar e o mercado, a produção e o consumo, a germinação e a colheita, o nascimento, a doença e a morte. Nenhum aspecto da vida ou da cultura permanece imune a ele.

Como o mercado destrói os alicerces da auto-dependência dos regimes comunitários, estes começam a se atrofiar. Como membros de uma comunidade enclausurada, deixamos de depender dos amigos, familiares e vizinhos. Quando necessitamos de ajuda, recorremos ao mercado, não apenas para obter alimento, abrigo e vestuário, mas também para buscar recreação e serviços especializados em tratamento

de crianças, velhos, doentes e deficientes físicos ou mentais. Procuramos também o mercado de bens e serviços para satisfazer nossas necessidades emocionais. Com isso, a comunidade deixa de se alimentar para ser alimentada ou alimentar outras; deixa de se ajudar para ser ajudada; deixa de se entreter para ser entretida, e assim por diante. Ela troca a credibilidade pessoal pelos padrões racionais, o artesanato pelas profissões, o respeito pelo uso das pessoas como instrumentos.

O enclausuramento redefine a comunidade: ele muda os pontos de referência através dos quais as pessoas são valorizadas. Os indivíduos se tornam “unidades” cujo “valor” para a sociedade é definido por suas relações com o nova entidade política que emerge do enclausuramento. Assim, ele faz surgir uma nova ordem política: o meio ambiente é usado de outra forma, requerendo novas regras e novas formas de organização; o enclausuramento redefine então como o meio ambiente é manejado, por quem e em benefício de quem. Formas tradicionais de manejo ambiental são deixadas de lado, ridicularizadas, consideradas antiquadas, inoperantes, malignas ou ilegais.

O enclausuramento não apenas redefine o fórum no qual as decisões são tomadas, mas também redefine que vozes contam neste fórum. A fim de colocar a administração nas mãos de pessoas com fonte de poder fora da comunidade, o enclausuramento elimina a ética local, abrindo caminho para a burocratização e o enclausuramento do próprio conhecimento.

Em resumo, o enclausuramento é uma mudança na rede de poder que envolve, contra a vontade, o meio ambiente, a produção, a distribuição, o processo político, o conhecimento, a pesquisa e a lei. O enclausuramento reduz o controle exercido pela população local sobre os assuntos da comunidade.

O poder da linguagem

O enclausuramento, ao tirar algo de um matriz social e forçá-lo dentro de uma outra matriz, redefinindo sentidos, envolve o processo de tradução. É o que acontece quando a escola deixa de ensinar o que interessa para a comunidade, como o cuidado com o solo numa comunidade rural, e ensina o que interessa aos

habitantes das grandes cidades. A palavra “semente”, por exemplo, se refere então àquilo que se compra antes da plantação de cada safra (as sementes de alto rendimento dão frutos estéreis e devem se compradas todo ano) e não mais as sementes que os agricultores guardavam de suas melhores plantas para o ano seguinte. A palavra “semente” está então ligada à agro-indústria e não ao fazendeiro, pertencendo ao universo industrial ao invés de pertencer ao universo rural. A semente da agro-indústria poderia ter recebido outro nome; mas isso não ocorreu.

Quando um conceito é enclausurado no contexto de uma linguagem completamente estranha, alguma coisa inevitavelmente é perdida na tradução. Quando o que é perdido é essencial para a identidade e sobrevivência de um grupo, e este grupo é impedido de usar sua linguagem nativa para defender ou pegar de volta o que perdeu, a defesa do grupo é enfraquecida e ele se torna vítima.

Com o declínio da escravidão, a estratégia dos proprietários de escravos desaguou em algo mais sutil: as línguas nativas vem sendo infiltradas deliberadamente com conceitos ocidentais estranhos à língua e à cultura. Por exemplo, na campanha de “vilarição” na Tanzânia, durante a metade da década de 70. Nas novas vilas, as pessoas eram encorajadas a contruir suas casas em estilo ocidental e cada homem era tratado por “você e sua família”; mas na língua Swahili, o termo “família”, no sentido de um grupo doméstico não existe. Assim, achou-se necessário tomar o conceito contido no termo em inglês –family– e colocá-lo dentro de uma forma “familia” da língua swahili. Tal uso lingüístico contém várias premissas — que a unidade na sociedade é “um homem e sua família”, e que esta unidade requer uma casa e uma unidade de terra. Em outras palavras, conceitos estra-

nhos vêm sendo introduzidos nessa sociedade.

O processo da armadilha conceitual se desenvolveu durante as eras da formação do estado, do colonialismo, do desenvolvimento econômico e, atualmente, se desenvolve na era do manejo ambiental. Nenhum desses sistemas de dominação podem suportar a atitude de “viver e deixar viver” em relação as milhares de outras línguas e culturas existentes no planeta e componentes de nosso universo social. Esses sistemas necessitam se expandir em escala global e, por isso, quaisquer outros sistemas com enorme variedade de objetivos e de formas de resolver conflitos atrapalham sua expansão. E, quando isso ocorre, os

sistemas diversificados são enclausurados, ou seja, são espremidos pelo sistema abrangente, pegos numa armadilha. Imediatamente, os conflitos passam a ser resolvidos através de critérios determinados pelos enclausuradores.

Essa prisão conceitual é moralmente justificada simplesmente persuadindo as pessoas de que elas são obrigadas a tolerá-la, sem direito à recusa, sendo o processo realizado através da tradução de suas palavras, práticas e formas de vida para uma linguagem

estrangeira. O enclausuramento reivindica que sua própria estrutura social e sua linguagem são normas universais, uma matriz capaz de assimilar todas as outras. O que for “perdido na tradução” é obrigatoriamente insignificante, subdesenvolvido ou inferior com relação ao que se ganha com a “tradução”. O que o sistema global não pode compreender e apropriar, ele não somente não sabe apreciar, mas também não tolera.

No encontro do conhecimento moderno com o conhecimento vernacular, o perigo não se encontra no fato de que o conhecimento moderno irá apropriar-se do vernacular, mas no fato de que essa apropriação far-se-á parcialmente e que esse conheci-

No encontro do conhecimento moderno com o conhecimento vernacular, o perigo não se encontra no fato de que o conhecimento moderno irá apropriar-se do vernacular, mas no fato de que essa apropriação far-se-á parcialmente e que esse conhecimento parcial retornará como o sólido cerne de verdade extraído de uma rede de superstições e falsas crenças.

mento parcial retornará como o sólido cerne de verdade extraído de uma rede de superstições e falsas crenças. O que fica na intersecção entre o conhecimento moderno e o conhecimento vernacular corre o risco de ser totalmente perdido.

Por acharem que falam uma linguagem universal, os enclausuradores modernos não têm nenhum escúpulo ao se comunicar com os enclausurados. O que legitima o enclausuramento na mente do enclausurador é a suposição tácita de que ele é conhecedor da difícil situação do enclausurado tão bem quanto ou melhor do que ele próprio. Nos nossos dias, são inúmeros os exemplos de pessoas em papéis generosos, compreendendo a opressão e a dificuldade do próximo e achando sua ajuda essencial.

A necessidade de desenvolver formas de organização, matrizes, contextos, ou seja, estruturas mentais que instrumentalizassem não só os enclausuradores na execução de sua tarefa de nos tornar a todos do planeta muito parecidos (usa-se o termo “globalização”), mas também os enclausurados na aceitação tranqüila do subjulgo, estimulou a ciência da comunicação e propiciou seus inúmeros avanços tecnológicos.

A comunicação a serviço dos enclausuradores modernos

A cultura de massa não tem raízes. É superficial e depende da substituição rápida de um produto por outro, para manter a produção diversificada de bens, que sustenta a economia e o emprego. Em função desse dinamismo, nossos valores são também rapidamente mudados.

Como nossa matriz de valores tem sofrido grandes e rápidas mudanças, pode-se dizer que “habitamos” nossa cultura de massa com valores pouco enraizados. E, enquanto a sociedade de consumo faz-nos muito ativos, mas pouco reflexivos, transformando-nos em agentes dóceis do consumismo, os meios de comunicação de massa lembram-nos de nosso papel de consumidores com extrema insistência.

Mais de 90% das notícias internacionais impressas em todos os jornais do mundo são provenientes de quatro grandes agências. Cada uma delas construiu sua esfera de influência a partir dos antigos impérios coloniais:

- A United Press International (UPI) e a Associated Press (AP), ambas norte-americanas, têm suas informações amplamente veiculadas no Japão, na Coreia do Sul e nas Filipinas — áreas de controle norte-americano no período do pós-guerra — e estão também ligadas à América Latina.

- A Reuters, de Londres, tem mantido considerável influência sobre os países do Commonwealth² de língua inglesa.

- A Agence France Press (AFP), de Paris, é fortemente ligada aos países africanos de língua francesa.

A comunicação de massa nos países do terceiro mundo

Os jornais da América Latina, da África e da Ásia preferem comprar suas notícias das quatro grandes agências, já que a manutenção de correspondentes estrangeiros permanentes é muito cara.

O Terceiro Mundo, que representa mais de dois terços da população e da área do mundo, responde apenas por um quarto das notícias dessas quatro grandes agências — a menos que se trate de guerras, fomes etc. Dando preferência a notícias sobre o Primeiro Mundo, os jornais dificilmente permitem que informações sobre os países pobres alcancem os leitores de Nova Iorque, Londres ou Paris. A AP envia de Nova Iorque para a Ásia, 90 mil palavras por dia e recebe 19 mil de seus correspondentes naquele continente e das agências nacionais da Ásia. A Reuters e a UPI enviam de quatro a cinco vezes mais notícias para a Ásia em relação às que de lá recebem.

No que nos atinge, cerca de 50% de todas as notícias publicadas na América do Sul são provenientes das duas agências de notícias norte-americanas, a UPI e a AP, e outros 10%, da Reuters e da AFP. Assim, os sul-americanos vêem o mundo da mesma forma que americanos, franceses e ingleses.

As prioridades dessas quatro agências na captação da notícia se refletem na posição ocupada pelos seus correspondentes: 34% estão confinados nos Estados Unidos; 28%, nas capitais da Europa; menos de 20%, na Ásia e Austrália; 13%, na América Latina; e, provavelmente, menos de 10%, na África.

Dessa forma, tanto os fatos noticiados referentes aos países desenvolvidos quanto os concernentes aos países subdesenvolvidos são descritos maciçamente conforme a concepção dos cidadãos dos países do Primeiro Mundo. Com isso, o monopólio das agências ocidentais distorce até mesmo a visão que o Terceiro Mundo tem de si próprio. A superficialidade das coberturas reforça estereótipos, e após, a população dos países em desenvolvimento, aprendemos sobre nós mesmos

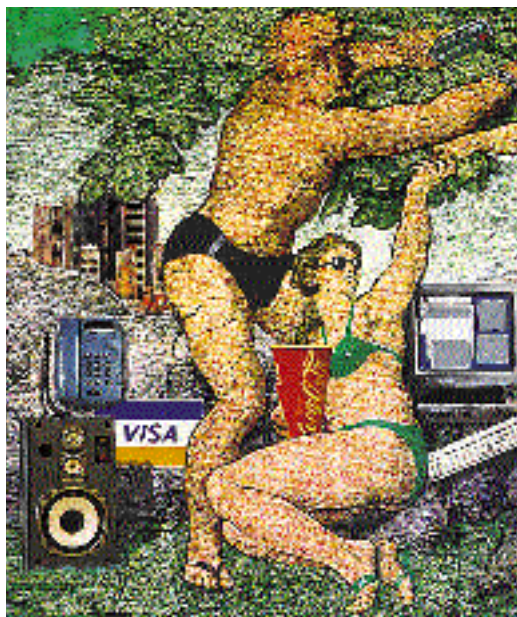
por meio dessa imagem distorcida. E, assim, estamos nos tornando muito provavelmente o que aprendemos que somos: ignorantes, pobres, corruptos, brutos, culturalmente curiosos ...

Mídia e democracia

Nas ditaduras civis ou militares, o que se controla é a atitude das pessoas: elas têm sua liberdade de expressão restringida. Já, nas democracias, em que o exercício da liberdade de expressão é considerado de fundamental importância, a homogeneidade cultural é mantida às custas do controle do pensamento.

Nas democracias capitalistas existe uma certa tensão com relação ao locus do poder, já que, nelas, o poder emana do povo, ou seja, pelo menos, em princípio, é ele quem dita as regras. Mas, na prática, o poder de tomar decisões nas principais áreas da vida de toda a população fica nas mãos de setores privados, detentores do poder econômico, com efeitos de longo alcance na esfera social.

Uma forma de resolver essa tensão seria estender o sistema democrático, por exemplo, à



organização do trabalho, criando ou recriando as atividades profissionais que permitam o exercício da criatividade, para que, assim, todos, tenham a oportunidade de participar do processo de formação de opinião pública. Isso constituiria uma imensa revolução social.

Nas sociedades industriais avançadas são usadas várias formas para enfraquecer as reais estruturas políticas democráticas, deixando-as ao mesmo tempo formalmente intactas. Uma grande parte desse trabalho

é realizada pelas instituições ideológicas, que canalizam os pensamentos e as atitudes dentro de limites aceitáveis, desviando qualquer ameaça potencial de aparecimento de novos privilégios e novas autoridades, antes que se fortaleçam. Essas instituições têm muitas facetas e são formadas por inúmeros agentes, entre os quais se destacam, atualmente, os meios de comunicação de massa e as elites intelectuais a eles relacionadas.

Para atingir esse objetivo, a mídia escrita, falada ou televisiva, ao divulgar um determinado fato, não se contenta com a mera apresentação apenas. Aspectos como o tom a ser empregado e a frequência de repetição na condução da notícia, bem como sua valorização, são le-

vados em consideração. Desse modo, além dos padrões de comunicação usados nas campanhas de indignação (como no caso de P. C. Farias) ou de solidariedade (por exemplo, na morte do campeão de automobilismo Ayrton Senna), existem os tons e as ênfases, a cuidadosa seleção das premissas e a ordem de apresentação do conteúdo. Essa forma é extremamente útil aos que exercem o poder, pois transmite a informação com as nuances de interpretação. Um exemplo disso é o fato de os



muçulmanos, via de regra, serem chamados de “fanáticos religiosos”, em notícias que a eles fazem menção.

As afirmativas deste texto são:

a) os trabalhadores, com sua mínima ou nula parcela de criatividade e identificação com seu objeto de criação, participam da sociedade de consumo, tornando-se meros proprietários de bens.

b) os meios de comunicação de massa mantêm as elites intelectuais a eles relacionadas informadas de uma realidade que os leva a aprofundar a sociedade de consumo, a produção de bens e a usurpação do exercício da criatividade do trabalhador.

c) os meios de comunicação de massa mantêm a massa trabalhadora ocupada e entretida, quando não está produzindo bens de consumo, sem sequer considerar a possibilidade de participar do mecanismo de formação de opinião pública.

d) a democracia, atualmente, em nossa sociedade moderna urbana e industrial, é um exercício de poder dos que ditam as regras.

Quanto à formação de opinião pública, ela é realizada pelos meios de comunicação de massa, dela participando um número extremamente pequeno de pessoas. Aliás, são eles os encarregados de introduzir, no nosso dia-a-dia, novas necessidades de uso de produtos desconhecidos. Assim procedendo, os meios de comunicação de massa atendem à condição fundamental para a sobrevivência da sociedade de consumo: a criação e o consumo acelerados de bens.

Nós, consumidores, devemos trabalhar para ganhar dinheiro e gastá-lo, adquirindo a produção industrial e satisfazendo, assim, nossas necessidades artificialmente criadas. Para o crescimento e sobrevivência do capitalismo e dos empregos que cria, é fundamental o aparecimento de novos consumidores. Por isso, devemos consumir toda a sorte de novida-

des. Isso exige mudanças de hábitos e, para que elas ocorram, são necessários mecanismos que alterem rapidamente nossos desejos e vontades. A propaganda está intimamente envolvida nesse processo.

Uma prova disso é o incrível crescimento dos gastos mundiais com propaganda, indústria que mantém um estreito laço de interdependência com o consumo. A propaganda foi uma das indústrias de mais rápido crescimento durante a última metade do século XX.

O consumismo e sua globalização são compatíveis apenas com o capitalismo, quer numa democracia, quer numa ditadura. E todas as nossas atitudes — voluntárias ou obrigatórias, individuais ou grupais — que se alinharem à melhora e sofisticação do consumismo e de sua globalização são contrárias aos princípios humanitários e éticos da equidade.

Os trabalhadores, com sua mínima ou nula parcela de criatividade e de identificação com seu objeto de criação, apenas participam da sociedade de consumo como meros proprietários de bens ou potenciais consumidores.

No entanto, a sociedade de consumo só interessa àqueles que são seus líderes e que, aliás, não são consumidores da produção em massa. As elites encomendam carros produzidos um a um, fazem roupas em modistas, não se alimentam nas redes de lanchonetes, não moram em apartamentos dos Sistemas Financeiros da Habitação, e assim por diante. O consumo que lhes interessa é o dos outros, que financia a realização de seus desejos exóticos.

A sociedade de consumo nos obriga — para sobreviver — a trabalhar para ela e a consumir sempre mais e mais produtos. Para termos status, precisamos ter dinheiro, e aí tudo começa...

Maria Elisa M. Helene é pesquisadora na área de Energia e Meio Ambiente junto à Estação Ciência da USP.

Nós, consumidores, devemos trabalhar para ganhar dinheiro e gastá-lo, adquirindo a produção industrial e satisfazendo, assim, nossas necessidades artificialmente criadas.

Para o crescimento e sobrevivência do capitalismo e dos empregos que cria, é fundamental o aparecimento de novos consumidores. Por isso, devemos consumir toda a sorte de novidades.

Certa vez, num passado não tão distante, quando o golpe militar de 64 instalou o regime ditatorial no Brasil, um coronel do Exército se apresentou ao professor José Moura Gonçalves, à época diretor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, com o propósito de investigar atividades “subversivas” e instaurar, dentro daquela faculdade, uma Comissão de Inquérito. Nem bem havia terminado a formulação da frase, o coronel ouviu a negativa: “se a Comissão insistir em se instalar no campus, decreto recesso por tempo indeterminado”.

Por aquela mesma época, Moura teve um outro enfrentamento. Desta feita com alguns colegas que pretendiam redigir um manifesto de apoio ao golpe militar. Ao tomar conhecimento do propósito de alguns professores, Moura foi até o local da reunião e impediu o ato de adesão. Recolheu o abaixo-assinado sob a argumentação de que, uma manifestação de docentes da FMRP seria de responsabilidade da Congregação da Faculdade. Com o falecimento do professor José Moura, em outubro de 96, parte do passado de resistência da USP também desapareceu. Assim como tantos outros, ele não se vergou às disputas internas e nem aos militares.

No início deste ano, a Universidade perdeu também Ligia Marcondes Machado, uma docente com apurado senso de justiça e solidariedade. Dois eram os seus amores: os alunos e a pesquisa. Foi essencialmente dela a luta, ainda não vencida, contra a contratação precária de professores na USP. Para ela, era preciso sempre resistir, debater, questionar, entender. A exemplo de Moura Gonçalves, Ligia não se curvava; investia contra a burocracia universitária e queria, sempre, saber os porquês. No final de 92, suas críticas desnudaram o processo de avaliação de docentes em curso na USP, revelando as incoerência internas e seus efeitos nefastos para a Universidade.

*Os professores Moura Gonçalves e Ligia Marcondes Machado, pelas contribuições que deram não só à universidade, mas ao país e à defesa da cidadania, merecem ser lembrados e re-lembrados. Nas próximas páginas, **Zilda Iokoi**, professora do Departamento de História, e **Francisco G. Nóbrega**, do Instituto de Biociências, contam um pouco da história de cada um deles.*

LIGIA MARCONDES MACHADO, UM ATÉ BREVE...

Zilda Iloki

Ela chegou com seu sotaque mineiro, e com todas as sutilezas da mineiridade. Fala mansa, olho atento e sempre brilhante e com o minha flô como uma saudação afetiva e sempre alegre. Foram anos de convívio onde ela preferiu dedicar-se as causas sindicais e políticas em lugar das administrativas departamentais. Dois eram seus amores, os alunos e a pesquisa. Nenhuma reunião do Fórum das Seis, ou mesmo da Diretoria competia com esses níveis de preocupação e de prazer intelectual desta mulher radical.

Seu sentido de justiça, de solidariedade e de preocupação com as violentas alterações que já se processavam sobre o nosso fazer universitário estão bem apontados no artigo Café na Cama, publicado no Jornal da Adusp, edição novembro/dezembro, de 1992.

As críticas ali registradas têm hoje mais sentido. Os perigos da burocracia enquanto fim em si mesma, a quebra do prazer e da inventividade que o conhecimento permitem, o congelamento das formas em conteúdos que não passam de formas vazias, a repetição seqüencial, estão cada vez mais visíveis na vida universitária. Para ela, homogeneizavam-se nas estruturas internas de poder concepções sobre singularidades finas das várias áreas do conhecimento e impunha-se uma formatação rígida para o específico.

Uma lição sempre recomendada

por ela estava impressa no não sucumbir. Resistir, debater, criticar, questionar entender os porquês, contrapor idéias. Estar com ela era exercitar dialeticamente a imaginação imaginada, ou seja, pensar com movimento, viver a centralidade móvel necessária ao pensamento crítico. Foi com ela que o questionamento dos nossos veículos de comunicação resultou em propostas como a da Revista Adusp. Ela lutou para alterar essas alterações discutindo um tema caro ao pensamento filosófico ou seja, o esgotamento das formas. Alegre e animada, promoveu várias festas de confraternização e defendia sempre a idéias de nos juntarmos pelo prazer da conversa, pela riqueza do encontro e pela alegria do reconhecimento das diferenças. Conversávamos muito sobre a história. Ela, destacando pontos cruciais deste vivido próximo e longínquo, procurando nexos e explicações mais substantivas para o presente. Lembro-me muito bem do dia que, brincando, eu lhe disse que os fatos não existem. Foi tão sério o debate que percebi como ela dava importân-

cia à palavra e como ouvia com cuidado todos os assuntos. Passamos dias debatendo como as interpretações sobre os acontecimentos dão conteúdo e longevidade às ações humanas. Com ela me aproximei de colegas da Psicologia que enriqueceram minha experiência profissional e através dela ganhamos sua contribuição mais preciosa, seu filho, que hoje está entre os alunos da história.

Falar da Ligia é relembrar os últimos cinco anos de dilemas tanto nas lutas sindicais, como nos impasses acadêmicos. Tudo piorou muito, mais concentração de decisões e de



poder, menos democracia, menor poder de combate, mais desafios pela frente. Hoje vive-se diante de um novo desafio. Não mais se publique ou desapareça, mais consiga dinheiro ou desapareça! Hoje não se escamoteia mais a burla do RDIDP, mas elogia-se o pagamento de overhead para que um professor se dedique à pesquisa. Recomenda-se a publicação no exterior mesmo que mediante pagamento de algums dólares...

Uma pergunta da Lígia ainda merece ser respondida: Será que Harvard exige de seus docentes publicação no exterior? Será que o Brasil pode oferecer espaço em sua Science and Culture para os do MIT?

Pois é minha amiga, minha pergunta vai em outra direção: Será que os nossos melhores referidos no exterior conhecem este país? Essa mentalidade colonizada já foi cantada em verso e prosa e dela melhor falaram personalidades como Mario e Osvald de Andrade, Calado e Sérgio Buarque, Candido e Florestan. Esses pilares do pensamento crítico não precisaram de justificar seus trabalhos lá fora. Eles foram reconhecidos exatamente porque responderam aos problemas de seu rincão. Inverte-se a chave mestra do criativo, do novo da descoberta. A poíeses e a minésis foram substituídas pela imitação acrítica, pela cópia barata e pela navegação na Internet. O significado das coisas é hoje as coisas do significado e neste jogo de retórica sobram os acordos entre amigos, o eu te cito, tu me citas e a formulação de relatórios cada vez mais confusos e complexos para não serem lidos nem entendidos. Multiplicam-se as comissões e as reuniões para não concluir nada. Assim, lembrando nosso papo sobre o querido Stanislaw Ponte Preta, o FEBEAPÁ aumentou e não tem Rosamundo ou Tia Zulmira que dêem conta do caos. Aí onde você está, não há de ter senão café na cama que é o que todos estamos precisando e merecendo. Tcháu flô...

JOSÉ MOURA GONÇALVES

Francisco G. da Nóbrega

O professor José Moura Gonçalves faleceu no dia 19 de outubro do ano passado, aos 82 anos de idade. Foi um dos mais destacados bioquímicos de sua geração, com grande influência na formação de muitos jovens cientistas. Formou-se em medicina em 1936 e iniciou sua carreira na Biofísica no Rio de Janeiro. No início dos anos 50 foi para a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto onde dirigiu um grupo de pesquisa em bioquímica e fisicoquímica voltado particularmente para o estudo de proteínas. Dirigiu depois o setor de radiobiologia no Instituto de Energia Atômica da USP (atualmente IPEN). No exterior trabalhou em Madison, Wisconsin (Estados Unidos), na Suécia, com o famoso Svedberg e em Copenhagem, com o também ilustre Linderstron-Lang.

Sua trajetória científica certamente será resgatada por outro articulista. Nesta pequena nota pretendemos homenagear o homem de coragem, caráter e integridade, lembrando alguns episódios marcantes.

Moura Gonçalves era o Diretor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto quando o golpe militar de 64 instalou o regime de exceção no país. Quando o coronel encarregado de investigar atividades "subversivas" se dirigiu ao diretor no sentido de instalar dentro da faculdade uma comissão de inquérito, ouviu do professor Moura uma negativa firme; se a comissão insistisse em se instalar no campus ele decretaria recesso por tempo indeterminado! Na mesma época um grupo de professores re-

solveu redigir um manifesto de apoio ao golpe militar. Moura, acompanhado do professor Pedreira, foi até o local da reunião (a casa de um dos colegas) e impediu o ato de adesão recolhendo o abaixo-assinado e esclarecendo que, uma manifestação de docentes da FMRP seria de responsabilidade da Congregação da Faculdade. Estas atitudes resultaram em efeito antídoto contra a pessoa da adesão e a tentação de que um clima de delação se estabelecesse dentro do campus. Infelizmente o campus de São Paulo, com as honrosas exceções de sempre, não teve homens deste porte em certos momentos críticos. A delação foi incentivada pela atitude de adesão explícita ou implícita de docentes no topo da hierarquia universitária e indivíduos da melhor qualidade humana e acadêmica foram perseguidos e expulsos. Para todos o motivo era uma alegada posição de "esquerda". Sob essa denominação havia um amplo espectro de personalidades, desde progressistas que adotavam o modelo americano do norte na condução da questão científica e educacional até colegas que militavam no Partido Comunista. O que todos tinham em comum era talento, capacidade profissional e enorme entusiasmo no sentido de atacar nosso subdesenvolvimento científico e social.

O professor Moura Gonçalves foi um dirigente universitário que possuía uma noção aprofundada do que é Universidade e dos direitos e deveres de um cidadão e não recuou de sua visão mesmo quando tantos se acovardaram ante a prepotência do regime instalado.

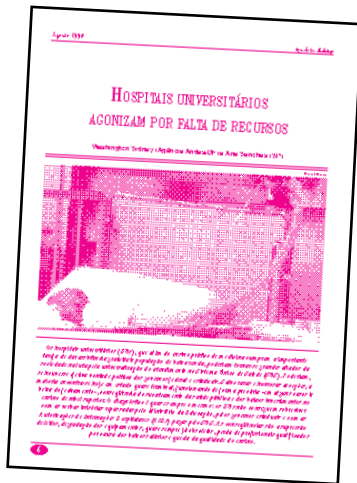


Cartas

Hospital Universitário

“Em relação à matéria intitulada ‘Reflexões sobre um Hospital Universitário que deveria ser escola’, de autoria da professora Primavera Borelli, publicada na Revista Adusp nº 7, a Comissão de Ensino e Pesquisa (CEP) do Hospital Universitário da USP (HU/USP) tem a fazer as seguintes considerações:

1) A autora cita que se recorda das visitas ao HU durante a sua construção (o HU iniciou suas atividades em 1981, ou seja, há quinze anos). No entanto, a CEP não tem conhecimento de visitas mais recentes, além de não ter sido procurada para qualquer informação, esclarecimento ou mesmo questionamento sobre a filosofia implementada no HU com relação às atividades de ensino e pesquisa. Deste modo, parece-nos, no mínimo estranho, que



a docente se refira às mesmas com tanto conhecimento de causa.

2) A docente também afirma: ‘os alunos em nível de graduação, na maioria dos cursos afins, não passam pelo Hospital’. Na verdade, o ensino de graduação é contempla-

do nas áreas de Medicina, Ciências Farmacêuticas, Enfermagem, Odontologia, Saúde Pública (Nutrição) e Psicologia, conforme descrito a seguir (*veja quadro abaixo*).

Em nível de pós-graduação ‘sensu-lato’, o HU propicia o desenvolvimento de Cursos de Especialização (Farmácia Clínica e Hospitalar; Enfermagem, Obstétrica e Enfermagem em Cuidados Intensivos), além de promover Cursos de Extensão regularmente (14 em 1995; 4 até agosto de 1996; 4 previstos até outubro de 1996).

3) No que se refere à pesquisa, a docente afirma que não há uma po-

lítica incentivada, além da mesma não ser inovadora. Neste sentido, os pesquisadores do próprio HU, bem como aqueles ligados às diversas unidades de ensino que o integram, têm total liberdade para propor a execução de protocolos de pesquisa. No momento, a CEP tem o registro de 75 (setenta e cinco) projetos que se encontram em andamento, além de quatorze em fase de análise.

4) Quanto ao incentivo para o aprimoramento profissional do seu quadro de funcionários, o HU conta com vários mestrados (44) e doutorandos (48). Verifica-se ainda que o número de servidores que completaram o mestrado duplicou nos últimos dois anos.

O incentivo à pós-graduação também é refletido pelo número de alunos bolsistas no HU. Atualmente treze mestrados e dois doutorandos recebem bolsa para o desenvolvimento de suas pesquisas nas áreas de Clínica Cirúrgica, Clínica Médica, Clínica Pediátrica, Enfermagem, Informática, entre outras, distribuídas no período de 1993 a 2000.

O HU também conta com a Escola de Auxiliares de Enfermagem que dispõe de 35 vagas, sendo 25 para funcionários e dez para outras unidades ou comunidade. O Serviço de Apoio Educacional tem como finalidade o processo de seleção, treinamento, desenvolvimento e avaliação de todo o pessoal de enfermagem. De agosto de 1995 a

Área	Nº. de Disciplinas	Nº. de Alunos (1995)
Medicina	729	
Enfermagem	10	428
Ciências Farmacêuticas	02	218
Odontologia	01	20
Saúde Pública	01	13
Psicologia	01	12

1996, foram ministradas 306 horas-aula para os funcionários.

Além disso, destacam-se numerosas solicitações de visitas às diversas áreas do HU. A farmácia recebeu vinte visitas nos últimos dois anos. O Departamento de Enfermagem recebeu no período de agosto de 1995 até o momento 34 solicitações de visitas, o que revela o interesse dos profissionais do mercado em conhecer a estrutura, instalações e atividades desenvolvidas nesta Instituição.

5) Por último, lamentamos que a docente não tenha tido iniciativa de entrar em contato com esta Comissão para se informar e se atualizar, não passando pela constrangedora situação de, na qualidade de dirigente da Adusp, exarar pareceres incorretos e inverídicos. A CEP do HU/USP sempre está à disposição para esclarecer dúvidas a respeito do Ensino e Pesquisa desenvolvidos nesta Unidade”.

Professores Nelson Fontana Margarido, Dulce Maria Rosa Gualda, Waldir Antonio Jorge e Silvia Storpirtis. Março de 1996

Resposta da articulista – “*Em relação às considerações emitidas pela Comissão de Ensino do HU/USP, tenho a comentar que, lamento que a referida Comissão não tenha entendido que não estava discutindo questões numéricas e sim a filosofia que permeia as atividades desenvolvidas no HU. Assim o fiz por acreditar que o corpo docente e técnico que nele trabalha apresenta excelente qualificação e boa vontade. Acredito que o HU/USP poderá, desde que seja prioridade da Reitoria e ór-gãos pertinentes, ser um hospital-escola com propostas inovadoras.*

Informo, visto que a Comissão de Ensino e Pesquisa diz não ter conhecimento do fato, que estou freqüentemente no HU. Não na qualidade de visitante, mas sim de trabalho docente. Informo, ainda, que sou responsável pela disciplina FBC 901, ministrada no HU, e, como docente, tanto de cursos de graduação como de pós-graduação, tenho tido a oportunidade de estar em contacto com a área de ensino.

Primavera Borelli

Em defesa da Igreja



“Como aposentado do IME/USP, atualmente professor Emérito na McMaster University, Canadá, recebo regularmente a Revista Adusp graças à gentileza da minha colega professora O.T. Alas. Fiquei muito chocado com o artigo de León Ferrari “Sobre hóstias, cópulas, bispos e divorciados”, edição nº 6, pelos motivos que passo a explicar:

1) Certamente concordo com o autor sobre nosso dever em protestar da infeliz atenção de membros da igreja católica em favor do regime repressivo argentino durante o domínio militar;

2) Por outro lado, não concordo com o autor em sempre se referir à “Igreja” e não “Igreja argentina da época”, dando a impressão que a igreja católica como um todo participava da atuação em favor dos militares. Isso é totalmente falso como se pode ver em inúmeros países, inclusive no Brasil, onde uma ala bem representativa da Igreja se opôs frontalmente ao regime militar que operou em nossa terra por 25 anos. Basta lembrar o nome de D. Hélder Câmara, entre outros.

3) O artigo do sr. León Ferrari se enquadra perfeitamente numa campanha mundial contra a igreja católica e o cristianismo em geral. Pode ser que, no caso presente, seu autor não tenha tido essa intenção, mas é cada vez mais comum o uso de incidentes como o indicado no presente artigo para desmoralizar a Igreja. Por exemplo, é cada vez mais freqüente o número de filmes e histórias mostrando padres devassos, bispos homossexuais, freiras sexomaníacas etc. Na verdade, uma campanha mundial de destruição do cristianismo é muito bem planejada e orquestrada por um pequeno e poderoso grupo que controla todos os meios de comunicação do mundo e cujos líderes conservam a sua identidade oculta, como “top secret”. Daí vemos apoiado por eles toda a pornografia no mundo, a exemplo de publicações de revistas tipo *Playboy* e outras marcadas de sexo. Em seguida, vem a destruição do casamento, o aborto, a ridicularização da igreja. Creio que cumpro minha obrigação de católico ressaltando esses fatos”.
Rubens Gouvea Lintz, professor aposentado do IME/USP